

ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL

MICHELLE BIAZATE GOMES

**PERCEPÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PRESIDENTE KENNEDY – ES:
MEMÓRIAS PARA VALORIZAÇÃO**

VITÓRIA
2022

MICHELLE BIAZATE GOMES

PERCEPÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PRESIDENTE KENNEDY – ES: MEMÓRIAS PARA VALORIZAÇÃO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, como requisito à obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Área de Concentração: Políticas Públicas, Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Processos Sociais e Sujeitos de Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Rosa Neves Smiderle

Coorientadora: Profa. Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra.

VITÓRIA

2022

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

G633p Gomes, Michelle Biazate
Percepção do patrimônio cultural de Presidente Kennedy –
ES : memórias para valorização / Michelle Biazate Gomes. -
2022.
80 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Fqbiana Rosa Neves Smiderle
Coorientadora: Profa. Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e
Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2022.

1. Cultura – Presidente Kennedy (ES). 2. Memória –
Presidente Kennedy (ES). 3. Pertinência. I. Smiderle, Fabiana
Rosa Neves. II. Bezerra, Italla Maria Pinheiro. III. Escola Superior
de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória,
EMESCAM. IV. Título.

CDD: 306.0981

MICHELLE BIAZATE GOMES

**PERCEPÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES:
MEMÓRIAS PARA VALORIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra
Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória –
EMESCAM
Orientadora

Profa. Dr. Cesar Albenes de Mendonça
Cruz
Escola Superior de Ciências da Santa
Casa de Misericórdia de Vitória –
EMESCAM
Membro Titular Interno

Profa. Dra. Blanca Elena Guerrero Daboin
Faculdade de Medicina do ABC
Membro Titular externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus!

Gostaria de agradecer aos meus pais, que sempre me ensinaram a lutar pelos meus objetivos, e pela oportunidade de ter chegado até aqui. Considero-os as pessoas mais importantes para toda minha luta, crescimento pessoal, acadêmico e profissional. Obrigada de coração por existirem e serem minha motivação para crescer cada dia a mais.

Em seguida, gostaria de agradecer ao meu companheiro de vida, Saulo Oliveira Moreira, que esteve comigo em todos os momentos, desde os mais fáceis até os mais difíceis.

Quero agradecer imensamente a minha orientadora, Profa. Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra, por toda sua dedicação, carinho, respeito e paciência comigo. Confesso que sem você teria sido muito difícil chegar ao fim, você conseguiu me controlar e com sua orientação e profissionalismo, nessa fase complexa da minha vida, eu, de alguma maneira, obtive forças e hoje consegui alcançar meu objetivo de realizar mais um sonho na minha vida.

Ainda gostaria de ressaltar a importância da professora Ângela na minha formação, pois participou de todo início desse processo de ingresso a qual estive no mestrado.

“Os juízes, portanto, não podem ser justiceiros para satisfazer uma conduta politicamente correta. Esta postura não tem previsão constitucional”.

(Clênio Jair Schulze)

RESUMO

Introdução: A valorização do patrimônio histórico-cultural pelo poder público associado à comunidade potencializa a identidade e o pertencimento das pessoas dentro de cada cultura vivenciada e, para que se possa preservar os patrimônios culturais e, conseqüentemente, respeitar e manter a identidade de um povo, é necessário conhecer e compreender o verdadeiro sentido da cultura local, com objetivo de proporcionar aos cidadãos o desejo de lutar pelos bens materiais e imateriais do município. **Objetivo:** Descrever sobre as expressões e manifestações do patrimônio cultural: material e imaterial, no contexto sociocultural do Município de Presidente Kennedy – ES, sob a percepção da população local. **Método:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, objetivando identificar as percepções do patrimônio cultural: material e imaterial do Município de Presidente Kennedy-ES. **Resultados:** Foram entrevistados 10 indivíduos, sendo 06 do sexo feminino e 04 do masculino, com faixa etária entre 25 a 71 anos de idade, escolaridade entre Ensino Fundamental Incompleto até o nível de Mestrado, que moram no município há mais de 50 anos e na comunidade entre 25 e 50 anos. Observa-se que para a comunidade, há uma diversidade sociocultural no município, que está em expansão, embora ainda venha sendo valorizada e incentivada. Embora não sendo apontado o conhecimento dos principais patrimônios material e imaterial do município, foram identificados os mais populares e visíveis pela população. Por fim, destacaram a importância do diálogo, da preservação e continuação dos trabalhos e atratividades já desenvolvidas e também herdadas, de geração em geração, por seus antepassados, reconhecendo ser necessário maior participação e dedicação de toda comunidade na continuidade de suas representações culturais. **Considerações finais:** Conclui-se que há necessidade de ampliar discussões sobre o tema, trazendo a importância das políticas públicas voltadas para a área da cultura, no município de Presidente Kennedy. Além disso, faz-se necessária a participação da população nessas discussões, para que sejam reconhecidos ao longo do tempo, por representarem parte dos patrimônios culturais imateriais e também para serem membros integrantes dos movimentos para tombamento dos patrimônios materiais.

Palavras-chaves: Cultura. Memória. Política pública

ABSTRACT

Introduction: The appreciation of cultural heritage by the public power associated with the community, enhances the identity and belonging of people within each lived culture and so that cultural heritage can be preserved and, consequently, respect and maintain the identity of a people, it is necessary to know and understand the true meaning of the local culture, with the objective of providing citizens with the desire to fight for the material and immaterial goods of the municipality. **Objective:** To describe the expressions and manifestations of cultural heritage: material and immaterial in the socio-cultural context of the Municipality of Presidente Kennedy - ES under the perception of the local population. **Method:** This is a qualitative research, aiming to identify the perceptions of cultural heritage: material and immaterial in the Municipality of Presidente Kennedy-ES. **Results:** 10 individuals were interviewed, 06 females and 04 males, aged between 25 and 71 years old, schooling between Incomplete Elementary School up to Master's level, who have lived in the city for more than 50 years and in community between 25 and 50 years. It is observed that for the community, there is a sociocultural diversity in the municipality, which is expanding, although it is still being valued and encouraged. Although the knowledge of the main material and immaterial heritage of the municipality was not mentioned, the most popular and visible by the population were identified. Finally, they highlighted the importance of dialogue, preservation and continuation of works and attractions already developed, and also inherited from generation to generation by their ancestors, recognizing that greater participation and dedication of the whole community is necessary in the continuity of their cultural representations. **Final considerations:** It is concluded that there is a need to expand discussions on the subject, bringing the importance of public policies aimed at the area of culture in the municipality of Presidente Kennedy, highlighting the importance of the population in these discussions, so that they are recognized over time, for represent part of the intangible cultural heritage and also be integral members of the movements to protect material heritage.

Keywords: Culture. Memory. Public Policy.

LISTA DE SIGLAS

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PNPI – Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

AACC – Associação Artístico Cultural de Cabedelo

PIB – Produto Interno Bruto

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1: Organização do material empírico segundo técnica de análise de conteúdo de Minayo. Vitória, ES Brasil, 2022.....	43
QUADRO 2: Processo de implantação do Programa em três etapas.....	61

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Fundo da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.....	19
FIGURA 2 – Complexo Fepasa.....	27
FIGURA 3 – Igreja da Nossa Senhora do Carmo, Ouro Preto – MG.....	27
FIGURA 4 – Missões Jesuítas do Guarani.....	28
FIGURA 5 – Feira de Caruaru.....	28
FIGURA 6 – Museu Nacional de Belas Artes.....	29
FIGURA 7 – Paisagem carioca entre a montanha e o mar, RJ.....	29
FIGURA 8 – Pantanal.....	30
FIGURA 9 – Paisagem cultural do Rio de Janeiro, Brasil.....	30
FIGURA 10 – Nossa Senhora das Neves.....	31
FIGURA 11 – Interior do Santuário das Neves, em Presidente Kennedy.	31
FIGURA 12 – Comemoração da Consciência Negra.....	34
FIGURA 13 – Folia de Reis Jesus José Maria – Gromogol.....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Políticas Públicas e Patrimônio Cultural.....	15
2.2 Importância da Identidade Cultural.....	19
2.2.1 A importância da construção da identidade no espaço escolar.....	20
2.3 Patrimônio Cultural material e imaterial e a importância da Identidade Cultural.....	25
2.4 Patrimônio Material.....	26
2.5 Patrimônio Imaterial.....	32
3 OBJETIVOS.....	36
3.1 Objetivo Geral.....	36
3.2 Objetivos Específicos.....	36
4 MÉTODO.....	37
4.1 Tipo de estudo.....	37
4.2 Local de pesquisa.....	38
4.3 Participantes da pesquisa.....	39
4.4 Critérios de inclusão.....	39
4.5 Coleta de dados.....	39
4.6 Técnicas e Instrumentos para análise dos dados.....	40
4.7 Aspectos Éticos.....	42
5 RESULTADOS.....	43
5.1 Caracterização dos participantes.....	43
5.2 Organização dos dados e evidências percebidas.....	43
6 DISCUSSÃO.....	45
6.1 Categoria I.....	45
6.2 Categoria II.....	49
6.3 Categoria III.....	56
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICE A – TCLE.....	70
APÊNDICE B – Roteiro semiestruturado para entrevista.....	74
APÊNDICE C – Formulário para pesquisa documental.....	75
ANEXO 1 – Carta de Anuência.....	76
ANEXO 2 – Parecer Ético.....	78

1 INTRODUÇÃO

A cultura é algo difícil de se definir, pois se precisa estudar diversas áreas, como a antropologia, sociologia, história, comunicação, administração, economia, entre outras, para então defini-la. Para cada uma dessas áreas é necessário trabalhar os distintos enfoques e usos, considerando o próprio caráter transversal da cultura, que excede os diferentes campos da vida cotidiana (CANEDO, 2009).

Esta autora destaca ainda que a questão de cultura é algo que convoca a população a pensar sobre diversos significados que aquela apresenta. Além disso, quais compromissos os poderes públicos podem assumir por esta sociedade e a gestão das políticas para essa área, inclusive sobre a valorização dos diversos patrimônios inseridos dentro do Município, os quais não são reconhecidos pelos munícipes e, conseqüentemente, esquecidos pela gestão.

Canedo (2009), compreende que o conceito de cultura vem se afirmando ao longo dos tempos como expressão e tradição de um povo, manifestação popular espontânea e isso legitima o saber popular. Entretanto, outras palavras encontradas pela população que participou das entrevistas sobre a cultura foram que a cultura também representa herança, tradição, costumes, hábitos e valores. Ou seja, a cultura seria todas as manifestações artísticas e expressões coletivas, hábitos e costumes de um povo.

Segundo Elias (1994), sobre o desenvolvimento dos modos de conduta, a “civilização dos costumes”, não existe atitude natural no homem, para ele a natureza humana foi condicionada e adestrada em seus comportamentos. O autor enfatiza ainda que é possível respeitar os costumes que civilizaram os comportamentos e atitudes do homem, porém, sempre diz que o condicionamento foi e é muito caro nesse processo de desenvolvimento.

De acordo com as pesquisas realizadas por sociólogos e antropólogos, após se distanciarem do conceito de raça, a questão do pertencimento tornou-se uma ideia, em que esse sentimento pode ser temporário ou permanente.

Para eles o pertencimento pode ser reconhecido na forma como um grupo desenvolve sua atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo significado é dado por eles próprios em suas relações sociais (AMARAL, 2006, p.1).

Nesse sentido, quando toda característica de uma comunidade é sentida, subjetivamente, como comum, surge o sentimento de pertencimento ou “pertinência”. Dessa forma, a comunidade irá demonstrar para a sociedade e para o seu grupo o sentido e valor que eles possuem.

O ato de sentir “pertencimento” por um respectivo lugar, símbolos, etc., nos garante a segurança de que a partir disso podemos interferir, e que vale a pena lutar e buscar rumos diferentes para esse lugar ou para o que se deseja. Um exemplo que Amaral (2006) destaca é que tudo isso poderia explicar o motivo pelo qual grupos minoritários na África se organizaram, de acordo com suas linhas étnicas, para a disputa de pontos capitais, nos seus países, ao invés de simplesmente terem desaparecido e ignorado tal ação.

Outro exemplo destacado pelo autor é a manifestação dessa sensação de pertencimento em que:

[...] as comunidades tradicionais (detentoras de saberes naturais, transmitidos oralmente de geração a geração como os grupos remanescentes dos quilombos, populações ribeirinhas e os índios) é o que se testemunha nos processos pela manutenção de Unidades de Conservação, uma vez que os seus saberes e modo de vida foram obtidos e desenvolvidos nesse lugar, cujas condições e peculiaridades aprenderam a respeitar, de forma a permitir a continuidade da vida nessa região. Conseguem formar o consenso de que, para ajudar na conservação da comunidade, precisam ser vistos como parte integrante do todo, como “pertencendo” a essa região (AMARAL, 2006, p.1).

Na concepção de Norbert Elias (1994), a questão sobre pertencimento está vinculada ao modo como a pessoa se enxerga e se comporta diante da sociedade. Para mais, suas características durante seu desenvolvimento, desde criança, interferem diretamente na sua postura e modo de ser; e em seu estado de conhecimento pessoal.

Assim, diante do exposto, percebe-se que a valorização do patrimônio histórico-cultural, pelo poder público associado à comunidade, potencializa a identidade e o pertencimento das pessoas dentro de cada cultura vivenciada. Com isso, para que possamos preservar os nossos patrimônios culturais: obras de artes, festas populares, culinária, meio de produção alimentares, paisagens e, conseqüentemente, respeitar e manter a identidade do nosso povo, é necessário conhecer e compreender o verdadeiro sentido da cultura local, com objetivo de proporcionar aos cidadãos Kenedenses o desejo de lutar pelos bens materiais e imateriais do município (ELIAS, 1994).

Constitui-se enquanto problema de pesquisa: Como estão configuradas as manifestações do patrimônio cultural: material e imaterial para a população de Presidente Kennedy-ES?

Dessa forma, esta pesquisa se justifica por meio da valorização do patrimônio cultural, obras de artes, festas populares, culinária, meio de produção alimentar, povos tradicionais, paisagens e conseqüentemente, respeitar e manter à identidade cultural.

A incorporação de temas voltados para área da cultura, em especial, para a valorização dos patrimônios culturais: materiais e imateriais permitem a construção de um olhar diversificado sobre o tema a ser pesquisado. Ainda, a produção de conhecimento sobre a cultura e o patrimônio cultural do Município é algo importante, pois a população poderá conhecer e se reconhecer no verdadeiro sentido da cultura local, visitar e vivenciar os símbolos históricos e valorizar a diversidade humana local.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas e Patrimônio Cultural

Diante do contexto sobre a preservação do patrimônio cultural, pode-se definir que esse visa salvaguardar o que definimos como bens culturais, sendo estes produtos de nossa cultura, ou seja, nossos pensamentos, sentimentos e da ação do homem (MICHELON; MACHADO; GONZÁLEZ, 2012). Além de identificar-se como noção contemporânea de patrimônio, a consideração do uso simbólico que os diversos grupos sociais exercem de seus bens, sejam eles materiais ou imateriais e dos valores que são atribuídos a esses bens (MICHELON; MACHADO; GONZÁLEZ, 2012).

Tendo em vista a noção sobre cultura Brasileira de Aloisio Magalhães, a qual aponta mais o presente do que o passado e que nesses últimos 42 anos, mesmo reconhecendo o papel desempenhado pelo SPHAN, que tem por finalidade manter a preservação de monumentos históricos e arquitetônicos, Magalhães indica o fato de que a política estabelecida pelo órgão não mais expressaria a complexidade e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro, competindo a uma ampliação do conceito de Patrimônio Cultural através do Artigo 216 da Constituição, de 1988 (MICHELON; MACHADO; GONZÁLEZ, 2012).

Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Sundstrom (2019), em um dos seus parágrafos do artigo, cita sobre a Constituição de 1988, em que é considerada um marco para atualização, pois a partir dessa Constituição é que se permitiu a criação de meios responsáveis que pudessem manter a política de preservação e entre outros mecanismos para que ela se

tornasse efetiva, além disso, destaca que no ano de 2000 começam a surgir novos percursos para as políticas de patrimônio, entre eles estão:

Decreto nº. 3551/2000, que trata dos bens imateriais. Desse modo, Fonseca (S/D) apresenta três pontos sobre as diferenças entre o Decreto n. 3551/2000 e o Decreto-lei n. 25: “[...] o caráter coletivo do pedido (art. 2º), o caráter descentralizado da instrução (art. 3º § 3º) e o caráter transitório do título - art. 7º (PORTA, 2012, p.13).

Portanto, esse decreto afirma que, além das características citadas acima, é necessário também que o item esteja inscrito no livro de tombamento do SPHAN, e a partir deste momento inicia-se a jornada por tombamento de bens culturais, lugares e outros elementos que representariam uma época. Para tanto, o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, foi o responsável por organizar a proteção do patrimônio histórico, contudo, foi a primeira norma jurídica brasileira a deliberar acerca da restrição administrativa ao direito de propriedade, criando-se o instituto do tombamento (SUNDSTROM, 2019).

É importante destacar sobre os avanços nos debates e críticas que foram dirigidas ao projeto da modernidade e, posteriormente, sobre os conceitos fundamentais, pois na década anterior, muitos dos discursos sobre sociedade contemporânea iniciaram privilegiando a heterogeneidade. Ainda sobre os discursos totalizantes narrados por Jean-Francois Lyotard, como dizem Severino e Santos, a “grande narrativa” se tornou o marco do pensamento que dá substância para a formulação de políticas voltadas para o patrimônio e memória estabelecidos pelo Brasil pós-abertura política (SEVERINO; SANTOS, 2010).

Não obstante, somente doze anos após a promulgação da Constituição, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, de acordo com o Decreto nº 3551 de 18 de agosto de 2000, criou-se o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial. Os autores destacam que ao longo dessa trajetória, podemos ver a restrita relação das políticas nacionais de patrimônio com outros projetos de produção da identidade nacional. Outrossim, cada gestão pública daquela época idealizava um “ideal” da nação brasileira. Por conseguinte, utilizava as políticas públicas de preservação e os registros da memória nacional,

tendo como sugestão tudo aquilo que interessava o projeto político em desenvolvimento e, principalmente, os interesses e forças que marcavam as diversas fases da política nacional, através dos diversos grupos formadores da identidade nacional, desencadeados também pelo SPHAN na década de 1930 (SEVERINO; SANTOS, 2010).

O resultado desse percurso de mudanças e aperfeiçoamentos das políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural, ao longo do tempo, trouxe um olhar diferenciado para a população, considerando suas memórias e sua atuação. Neste contexto, a sociedade passou a ter muito mais interesse em seus bens próprios, e um deles é o reconhecimento e a valorização do seu povo dentro do conceito cultural. Isso ocorre desde a construção que essa sociedade vem formando durante sua trajetória, o que mudou a forma como ela pode se expressar em suas mais diversas formas culturais, sendo nosso povo reconhecido, atualmente, pelos seus bens materiais e imateriais (SEVERINO; SANTOS, 2010).

Cabe trazer a leitura de Corá (2014), na qual a autora afirma que, por muito tempo, a presença dos bens como patrimônios correspondia os registros da história oficial, desse modo, levavam a confirmação dos poderes políticos, religiosos e militares. Para Corá, toda ampliação voltada para noção de patrimônio comprovou como o IPHAN reteve a sociedade civil afastada dos seus conhecimentos técnicos e das decisões que transpõe um patrimônio em torno de seus processos de deliberações. Todavia, Corá diz que, ao pensar no diálogo que os agentes culturais apresentam, com base na consolidação do PNPI.

“Eu acho que é uma política pública que depende basicamente do diálogo, não tem alternativa. Você não consegue fazer política de patrimônio imaterial sem o diálogo, e isso é uma dificuldade para o Iphan, que está há setenta anos aí e nunca teve esse tipo de diálogo. Era uma instituição em que uma das marcas era o autoritarismo: tomba e comunica para o proprietário que o imóvel dele foi tombado... pronto, acabou. É uma mudança de postura institucional tão grande que, às vezes, não é fácil de incorporar” (CORÁ, 2014, p.14).

Observando a fala da autora e, com base no texto, ela expressa sobre a necessidade de aprimoramento do modelo de gestão institucional, pois acredita termos a possibilidade de pensarmos em alternativas. Com o intuito de promover o

desenvolvimento de uma política baseada na participação de toda comunidade e que essa comunidade consiga expressar suas expectativas em relação ao programa, assim dizendo, é possível identificar a necessidade de uma gestão integrada, totalmente baseada no diálogo entre todos os atores e parceiros que estejam envolvidos em prol de ações mais planejadas e diretivas (CORÁ, 2014).

Ainda sobre o trabalho de Corá (2014), a autora traz, ao longo de seu texto, as principais políticas culturais do Estado. Essas foram direcionadas para os patrimônios no Brasil, desde a constituição das Políticas Públicas Culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. Além disso, desde a revolução de 1930 que o Estado vem se fortalecendo e, com isso, interferindo nas relações voltadas para área do trabalho, educação, saúde e na organização da cultura. Portanto, a autora cita que o Estado interferiu na área da cultura com a criação do Curso de Museus (1932), Decreto nº 22.928, de 1933, levando Ouro Preto a se promover como monumento nacional; com a Lei nº 378, do ano 1937, criou o SPHAN e o Museu Nacional de Belas Artes; com o Decreto-Lei no 25, de 1937, art. 1º definiu o patrimônio histórico e artístico nacional como:

“O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (CORÁ, 2014).

Por fim, desde a Constituição Federal de 1988, ocorreu legalmente a ampliação no sentido de patrimônio cultural, bem como obtivemos um avanço na luta pela cidadania e políticas preservacionistas. Desta forma, as disposições contidas no art. Nº 215 tratam da reiteração da proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras, e quaisquer outros segmentos étnicos nacionais. Com isso, passamos a ter datas fixas comemorativas voltadas para esse segmento e, de acordo com o art. Nº 216:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I — as formas de expressão; II — os modos de criar, fazer e viver; III — as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV — as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-

culturais; V — os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

De acordo com o portal da transparência, disponível no site da prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, atualmente o município possui uma Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMUCTEL), com um fundo total de R\$ 5.688.339,83. Este orçamento é subdividido em: Gestão administrativa, Cultura, Promoção do esporte, Turismo e Lazer, dos quais existem programas e ações que são destinados a população, como é demonstrado a seguir (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, s/d).

Figura 1 – Fundo da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

▼ 031 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	5.688.339,83
▶ 001 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.577.787,11
▶ 012 - CULTURA	10.000,00
▶ 017 - PROMOÇÃO DO ESPORTE	1.447.265,15
▶ 018 - TURISMO	298.890,00
▶ 019 - LAZER	2.354.397,57

Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy - ES.

Como é possível observar anteriormente, o município possui um fundo destinado exclusivamente para a cultura, sendo esse composto por um valor de R\$10.000,00. Além disso, no site da prefeitura também é possível encontrar alguns eventos destinados a população, como circuitos de bicicleta, festas tradicionais do município, campeonatos municipais de esportes, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, s/d).

2.2 Importância da Identidade Cultural

Conforme Groh (2019), a identidade do ser humano pode ser formada por meio da autoexpressão, principalmente pela apresentação visual e corporal do Eu. Neste caso, o outro se define a partir do momento em que foi percebido pelos demais. Assim, as diversas formas de culturas são caracterizadas por aglomerados de

características, representadas pelos seus membros, os quais possibilitam a criação de uma identidade coletiva.

Pensando nos tipos de cultura, Groh (2019) afirma que esses podem ser definidos a partir da articulação dos seus signos, isto é, sobre os elementos culturais que simbolizam sua afiliação por meio de comunicação, sobretudo, podemos entender que a linguagem gera uma identidade cultural, podendo ser utilizada ao afirmar a identidade do ser humano. Os tipos de alimentação também podem constituir a identidade cultural e se apresentam como fatores importantes para o desenvolvimento da identidade; já a auto apresentação visual se constitui com o objetivo de declarar a identidade cultural como permanente.

Para o autor, sobre o processo de identificação, muitos exemplos de culturas se encontram, mantêm contato, mas não perdem suas tradições, tendo em vista que não nos desestabilizamos pelo contato relacionado a cultura, necessariamente. Mas a forma como o contato ocorre pode destruir a relação, por isso é importante sempre priorizar o respeito e os meios de comunicação seguro para esses contatos (GROH, 2019).

Sobre as manifestações, tanto a interna quanto a externa são muito importantes para o contexto social, mas somente as externas se destacam nessa condição. Um exemplo comum é se alguém imaginasse um alienígena como um ser humano, esse tipo de identidade seria muito incomum, porém, se ele guardasse o pensamento para si, sua identidade não seria irrelevante, considerando que ela não apareceu fisicamente. Em síntese, toda a forma de expressão de um ser humano, através de suas atitudes, vestimentas e aspectos físicos de seu corpo é que define sua identidade, de forma que toda sociedade visualize e analise quem o indivíduo é. Já no sentido interno, somente a própria pessoa consegue identificar seu tipo de identidade (GROH, 2019).

2.2.1 A importância da construção da identidade no espaço escolar

Carvalho (2012) relata que as identidades seriam somente invenções do mundo moderno, contudo, são necessárias para quem as formula. Atualmente elas se destacam como elementos essenciais, no sentido de reconhecermos nossa pertença, quem somos, o que temos em comum e o que nos diferencia dos outros, os quais gostaríamos de ser. Tudo isso se faz necessário para a construção dos relacionamentos interpessoais, como afirma Eagleton (2005, p.21):

O grande imperativo da modernidade é a busca pela identidade. Para esse autor, pensadores como Foucault, Derrida e Nietzsche defendem a ideia de que o mundo é inteiramente feito de diferenças, mas temos de forjar identidades se quisermos sobreviver.

Ainda sobre o conceito de identidade, para Carvalho (2012), aquele foi evoluindo e acompanhando a contemporaneidade, seguindo as características que distinguem pessoas ou lugares, uns dos outros. Na opinião do autor, a identidade é, em certa parte, uma necessidade humana básica individual, que pode se inter-relacionar com o aspecto social, transformando todo esse processo em diversas identidades coletivas.

Na medida que Carvalho cita um trecho da opinião de Jacques, 1999, o autor descreve sobre a perspectiva que:

“Só é possível compreender a identidade pessoal como e, ao mesmo tempo, identidade social, superando a falsa dicotomia entre essas duas instâncias” (JACQUES, 1999, p.163).

Todavia, atualmente a cultura de consumo vem apresentando vários contextos para o desenvolvimento de diversas formas de identidade, e para as diferentes políticas públicas, com objetivo de recriar lugares para pertencimento dos grupos sociais, de raça, gênero e idade. Ela também reorienta os indivíduos como sociedade, confirmando que as identidades, tanto coletivas quanto individuais, se estabelecem desde a troca da posse ou do uso de mercadorias que se relacionam com os estados de poder e desigualdades (CARVALHO, 2012).

Falando sobre educação popular e identidade cultural, segundo Cananéa (2016), o termo de participação nos revela que vários setores da sociedade assumiriam o seu

próprio destino. O autor diz que ninguém consegue pensar e agir sendo monitorado, que cada indivíduo deve participar e avançar nas suas escolhas, e o mais importante é saber quem você é, para onde vai e como vai, fazendo de suas escolhas um caminho a seguir, alcançando por meio da participação sua identidade. Todo esse processo de participação é a educação que promove, através de seus atores, que por meio do diálogo alcançam seus ideais.

Um exemplo de participação e intervenção na vida social do país é a Associação Artístico-Cultural de Cabedelo (AACC), eles cuidam, se reconhecem e se valorizam por meio do que participam, e o resultado dessa ação é a luta por seu patrimônio cultural material e imaterial, histórico e artístico (CANANÉA, 2016).

O papel fundamental hoje da AACC é se manter como sociedade civil organizada e, junto com seus fundadores e outros membros que participam dela, estão se posicionando e engajando nas diferentes formas de controle social, sendo

“Nas áreas de educação, cultura, orçamento participativo, defesa da cidadania, elaboração do orçamento municipal, educação ambiental e defesa da orla marítima, preservação da tartaruga marinha, preservação da Fortaleza de Santa Catarina e demais patrimônios históricos e culturais da cidade” (CANANÉA, 2016, p. 207).

Constata-se que por meio da participação é que o indivíduo consegue solucionar os problemas que para muitos parecem insolúveis. Se por acaso fôssemos resolver um problema de uma escola, de uma igreja ou comunidade sozinhos, não daria certo. Mas, se quiséssemos resolver conflitos de forma pacífica e satisfatória diante desses problemas, teríamos que trabalhar juntos, unidos em um só objetivo. Entretanto, se conseguíssemos a fiscalização dos serviços públicos, eles possivelmente adequariam as ofertas e oportunidades com mais qualidade (CANANÉA, 2016).

Para os autores, a arte e a cultura seriam a porta de entrada para o desenvolvimento e conhecimento de cada ser humano, isso no decorrer de toda sua história social na humanidade, e a partir desses dois elementos é que nós construiríamos nossa identidade cultural, constituída por um povo ou nação. Porém, foram poucas as sociedades que mantiveram essa meta como prática, e as que conseguiram adotar

não permaneceram constantemente. Os autores discutem ainda sobre a reflexão dos fatores para o desenvolvimento da cultura, juntamente com as políticas públicas adotadas no Brasil nas últimas décadas (BERTOLOTO; CAMPOS; MONTEIRO, 2017).

Na opinião dos autores, é importante destacar um encontro sobre a Cultura, que ocorreu na cidade de Belo Horizonte, em 1984, em que o ex-ministro da Cultura, Celso Furtado, afirmou:

“Sou da opinião de que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser ponto de partida para o debate sobre as opções da arte e da cultura consideradas base para o desenvolvimento do nosso país” (FURTADO, 1992, p. 122).

Pensando sobre esses discursos, o cientista social deixa claro, em sua interpretação sobre a economia, sobre a sociedade brasileira e sobre a política no Brasil que todos os povos tendem a lutar em busca dos seus direitos e para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade. A questão, então, é saber se a sociedade em geral permanecerá contribuindo e enriquecendo esse papel (BERTOLOTO; CAMPOS; MONTEIRO, 2017).

Ainda sobre um discurso citado no texto e trazido do artigo de Celso Furtado pelos autores Bertoloto, Campos e Monteiro (2017), o trabalho explana sobre o “subdesenvolvimento e Brasil: a construção interrompida”, dizendo que o capitalismo, em seu processo histórico, identifica importantes elementos que nos levam à reflexão e ainda propõe várias iniciativas, com intuito de melhoria para as condições de vida apresentadas por uma população. Contudo, trabalham com planejamentos buscando a diminuição das desigualdades regionais e o crescimento de forças criativas.

Com essa finalidade, os autores justificam que a junção entre arte e cultura contribuiria no desenvolvimento dos aspectos da convivência, do pensamento criador, do estético e artístico, que são fundamentais para determinar o processo de identidade e da experiência humana. Além de tudo, é perceptível para eles que os governantes têm se manifestado muito pouco no que tange a políticas e práticas que

possam viabilizar os sentidos culturais intermediados pela educação. Um exemplo recente são as iniciativas por parte do governo que restringiram algumas áreas do conhecimento do currículo do Ensino Médio, em particular o elemento humanidades, que compreende a Filosofia, Sociologia, Artes, Educação Física, conforme a Medida Provisória nº 746, de 2016 (BRASIL, 2016).

A relação da cultura popular e cultura erudita, trazendo sob o olhar do leitor a perspectiva do desenvolvimento, desde a cultura popular local, sendo ela oriunda das relações profundas, através da ligação entre a comunidade do lugar e do seu meio natural e social, simbolizando o homem em seu contexto biopsicossocial, sua consciência se liga ao ponto que a materialidade social evidencia o grau de apego por um lugar. Com isso, ele valoriza o fato de ser muito importante essa ação para o desenvolvimento local, entendendo que desta forma pode-se configurar a identidade do lugar e de sua população (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

Para tanto, essa valorização da cultura popular, sobre a qual trata o autor, contribui diretamente para que a sociedade fortaleça os laços da individuação e autoestima para com o outro, buscando seu desenvolvimento originário e sua própria criatividade, conforme seus valores e por participação da cultura a qual o indivíduo interage com o mundo à sua volta (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

Considerando o patrimônio cultural, memória e o seu desenvolvimento, é necessário obter o conhecimento sobre a identidade cultural local, que se agrega de forma indissolúvel. Ademais, torna-se necessário o acesso direto da população ao sistema de educação, pois é a partir dele que nos comprometemos a avançar em busca do conhecimento científico e da reflexão dessas experiências vivenciadas tanto no aspecto global quanto local (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

Se a população obtiver conhecimento das características do funcionamento e desenvolvimento local, poderá reunir forças e, com isso, desenvolver melhores estratégias para a área na qual apresentar demandas, podendo ser a educação como um ponto de partida, a escuta, o entendimento de cada indivíduo, trazendo suas memórias e costumes que precisam ser considerados e valorizados. E, por fim,

fortalecer e aflorar todas essas individualidades expostas pela comunidade e cada ser humano envolvido, desde suas histórias até a sua identidade pessoal. Somente dessa maneira conseguiremos avançar no sentido de desenvolvimento e valorização dos patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais (KASHIMOTO; MARINHO; RUSSEFF, 2002).

2.3 Patrimônio Cultural material e imaterial e a importância da Identidade Cultural

A palavra “patrimônio” está intrínseca às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, que se encontra arraigada ao tempo e espaço. Considerando o contexto utilizado pela antropologia, este conceito de patrimônio deve ser entendido como um conjunto de bens, seja de aspectos materiais ou não, dos direitos, ações e posse a qual pertença uma pessoa e de forma suscetível à apreciação econômica. Para tanto, atualmente designamos um “bem” atribuído a uma comunidade, que por ora é parte da acumulação contínua da diversidade de objetos, sendo eles caracterizados como: trabalhos, produtos de todos saberes dos seres humanos, obras, obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, ou seja, o entendimento sobre patrimônio se dá através da mentalidade, em critério da constante mobilidade social (BATISTA; MACEDO, 2008).

Conforme o discurso dos autores acima, o homem por sua natureza já é um ser social, entretanto, ele também é um ser cultural, pois é capaz de produzir e transmitir cultura. Ao discutir sobre patrimônio, devemos pensar sobre todas as construções históricas decorrentes de vários anos e memórias a elas associadas. Logo, para que isso possa ser reconhecido, será necessário que os profissionais e pesquisadores busquem e pesquisem sobre cada contexto cultural, objeto, expressões e lugares, pois é somente desta forma que poderemos considerar um patrimônio como um bem cultural, o qual demonstra sentimentos de identidade e valor, em diferentes formas, no modo de expressar a sua própria cultura (GARCEZ *et al.*, 2022).

Entende-se que, no Brasil, o período da colonização deixou marcas a partir da escravidão, e essas marcas tornam-se obstáculos para o IPHAN produzir uma identidade cultural brasileira diante dos bens tombados, ainda por se tratar de um país que, assim como os demais colonizados (GARCEZ *et al.*, 2022).

[...] herdou uma noção de cultura duplamente restrita: não apenas em termos de classes sociais – na medida em que não se reconhecia, do mesmo modo que nas metrópoles, o caráter de cultura às produções e práticas dos estratos populares – como também em termos geográficos, pois, mesmo após a independência, a “verdadeira” cultura era aquela importada das metrópoles européias (FONSECA, 1997, p.77).

2.4 Patrimônio Material

Uma vez que o Patrimônio Material protegido pelo IPHAN é composto por um conjunto de bens culturais, como consta nos Livros do Tombo arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas e outras formas de preservação criadas a partir da Constituição Federal de 1988, como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, que foi instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937 – sendo adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos (IPHAN, 2014)

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN, 2014, p.1).

Norat (2015) define como patrimônios culturais materiais bens imóveis: edificações, cidades, centros históricos, sítios arqueológicos, logradouros, entre outros, como os apresentados nas figuras 2, 3 e 4.

Figura 2 - Complexo Fepasa.



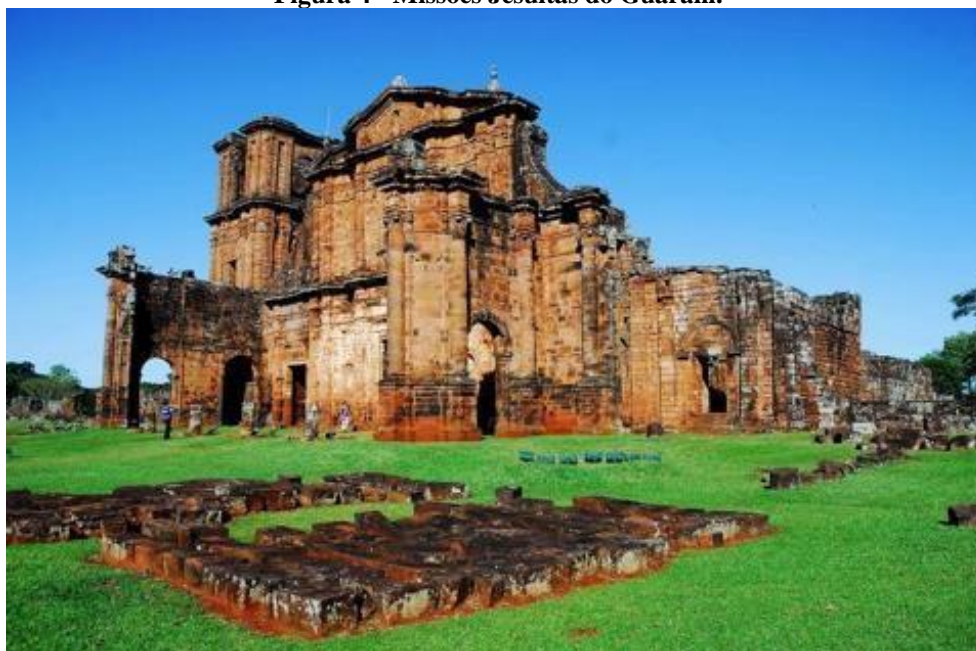
Fonte: Prefeitura de Jundiaí, 2014.

Figura 3 - Igreja da Nossa Senhora do Carmo, Ouro Preto - MG.



Fonte: Pinterest.

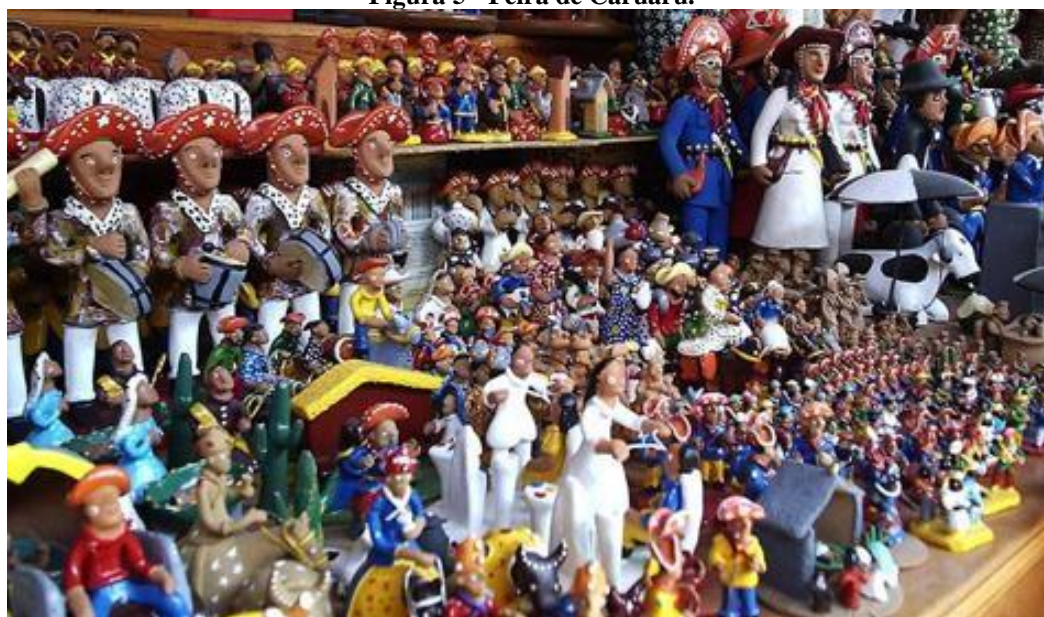
Figura 4 - Missões Jesuítas do Guarani.



Fonte: Folha de São Paulo.

Além disso, Norat (2015) explica que os bens móveis são definidos como artesanatos, obras de arte, esculturas, documentos, utensílios, e etc., como os visualizados nas figuras 5 e 6.

Figura 5 - Feira de Caruaru.



Fonte: IPHAN, 2006.

Figura 6 - Museu Nacional de Belas Artes.



Fonte: Brasil Cultura, 2019.

Ademais, bens naturais, definidos por rios, cachoeiras, fauna, flora, dunas e paisagens (NORAT, 2015), como ilustrados nas figuras 7, 8 e 9.

Figura 7 - Paisagem carioca entre a montanha e o mar, Rio de Janeiro.



Fonte: IPHAN, 2012.

Figura 8 - Pantanal.



Fonte: Brasil Escola.

Figura 9 - Paisagem cultural do Rio de Janeiro, Brasil.



Fonte: PatryTer, 2021.

Um dos patrimônios históricos materiais do município de Presidente Kennedy-ES é a Igreja de Nossa Senhora das Neves, que se localiza na Praia das Neves, sendo

caracterizada como o Patrimônio Artístico e Cultural do Estado do espírito Santo. Esta Igreja foi tombada pelo município no ano de 1995 e pelo estado em 2009 e tem como principal simbologia a escultura de procedência francesa, datada no século XVIII, possuindo 1,60m de altura (PRESIDENTE KENNEDY, 2005). Nas figuras 9 e 10 é possível apreciar partes da construção da referida igreja.

Figura 10 - Nossa Senhora das Neves.



Fonte: Diocese Cachoeiro de Itapemirim - ES, 2017.

Figura 11 - Interior do Santuário das Neves, em Presidente Kennedy.



Fonte: Diocese Cachoeiro de Itapemirim - ES, 2017.

Normalmente, quando se pensa em patrimônio, pensamos que se trata somente de bens materiais, ligados às riquezas que são herdadas ou outros bens de valores afetivos. Porém, os bens apresentados acima são bens materiais, não somente

limitados ao sentido de herança, mas a todo o tipo de experiências vivenciadas e memórias, sejam de cunho coletivo ou individual, e essa herança cultural adquirida nos traz várias informações significativas, todas voltadas para a história de um país e do passado da nossa sociedade (ROCHA, 2012).

Contudo, ao assumir esse papel, acaba-se por contribuir na formação da identidade do nosso país, com a promoção e formação de grupos, categorias sociais e em todo resgate da memória desencadeado de cada ser humano. Em vista disso, esperamos que toda sociedade venha a contribuir na preservação, zelo, respeito e também no desenvolvimento cultural do nosso povo, uma vez que tal atitude pode refletir em toda nossa formação sociocultural. Ou seja, com essa atitude, poderemos fazer com que nossa sociedade tenha a oportunidade de conhecer a sua própria história e a dos outros que de alguma forma vivenciaram (ROCHA, 2012),

[...] por meio do patrimônio material, imaterial, arquitetônico ou edificado, arqueológico, artístico, religioso e da humanidade. Pois através da materialidade, o indivíduo consegue se realizar e afirmar sua identidade cultural, podendo também, reconstruir seu passado histórico (OLIVEIRA; LOURES OLIVEIRA, 2008).

É possível observar que por meio da construção de um processo a qual iremos resgatar, as identidades culturais, a sociedade e as comunidades poderão participar também desse resgate, reconhecendo suas habilidades e colocando-as em prática. Conseqüentemente, todas as suas características e seus relacionamentos estarão sendo trabalhados em conjunto, com objetivo de manter os indivíduos mais próximos um dos outros, fortalecendo e cuidando de seus bens, sejam materiais ou imateriais. Além disso, resgatando o passado e seu presente dentro de um conceito histórico (ROCHA, 2012).

2.5 Patrimônio Imaterial

Sobre o Patrimônio Imaterial, vale frisar que os bens culturais de natureza imaterial são reconhecidos através das práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas,

plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares como: mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (IPHAN, 2014).

Em vista disso, os artigos 215 e 216 da Constituição reconhecem a inclusão do patrimônio a ser preservado pelo Estado, em parceria com a sociedade, que os bens culturais; e que as referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira sejam caracterizadas como patrimônio imaterial. Isso pode ser transmitido de geração em geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo, assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2014).

Norat (2015) diz que o patrimônio imaterial ou intangível são termos que ocupam uma posição de material construído, tangível e que reforçam e enfatizam o processo de criação de um modelo, mais propriamente dito, sua forma de expressar sobre um produto.

De acordo com a Legislação Brasileira sobre Patrimônio Cultural (2013), o patrimônio cultural se caracteriza a partir dos direitos fundamentais e culturais da pessoa humana. A Constituição de 1988 representou de forma considerável um avanço a essa categoria de direitos fundamentais, entre eles os expressos nos Arts. 215 e 216, que têm por objetivo nortear a política de preservação dos nossos patrimônios histórico-culturais. O primeiro deles é o princípio da cidadania cultural, que diz que:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, 2013, p.11).

No § 1º do Art. 215 que fala sobre o princípio da diversidade cultural, o Estado tem por obrigação constitucional proteger as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, além disso, outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, 2013).

Outro ponto importante que consta na legislação sobre patrimônio cultural de 2013, é a inovação trazida pelo texto constitucional que amplia o conceito de patrimônio cultural, consubstanciado no art. 216 e respectivos incisos:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, 2013, p.11).

No Município de presidente Kennedy identificam-se alguns patrimônios imateriais locais, como o Jongo (figura 11), que foi tombado pelo IPHAN e inscrito no Livro das Formas de Expressão, no ano de 2005. A dança representa um dos patrimônios imateriais importantes do município e é produzida de forma coletiva e com elementos da espiritualidade, sendo realizada anualmente por moradores da comunidade Cacimbinha, além desses, encontramos diversos patrimônios culturais imateriais (TAVEIRA, 2021).

Figura 12 - Comemoração da Consciência Negra.



Fonte: Kennedy em dia, 2017.

Ao se referir ao município, *locus* dessa pesquisa, a Folia de Reis do Senhor Sebastião, chamada Jesus Maria e José de Gromogol, é também um destaque como patrimônio imaterial do Município. Contudo, já teve grandes vitórias, em concursos que participaram no Sul do Estado do Espírito Santo e também já

receberam alguns valores em dinheiro por isso (TAVEIRA, 2021). Na figura 12 temos um exemplo de uma das apresentações do Folia de Reis do Senhor Sebastião.

Figura 13 - Folia de Reis Jesus José Maria - Gromogol.



Fonte: Print de vídeo - YouTube.

Na comunidade de Arueira, vizinha de Cacimbinha, encontramos o atrativo de farinheiras e “quitungos”. Ao todo temos 03 fábricas industriais e 05 artesanais, contando com outra comunidade chamada Jaqueira, as farinheiras fabricam os produtos atrás de suas residências e a economia local vive em torno dessa produção.

O Município tem uma forte produção de mandioca, várias fazendas utilizam o plantio como fonte de renda, entre as atividades estão a continuidade de produção de farinha e seus derivados, em especial, tapioca e o beiju. Além disso, temos a produção contínua de cana de açúcar, que gera um grande desenvolvimento e geração de emprego para os moradores da zona rural do município (PRESIDENTE KENNEDY, 2005).

Hoje sabemos o quanto é importante para o município todas essas diversidades de culturas e patrimônios, conseqüentemente, o valor que cada um deles expressa para o município, no sentido de produção de conhecimento, poder, fazeres e desenvolvimento local. Portanto, há uma grande necessidade de melhor divulgação e valorização dessas diversidades.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Descrever sobre as expressões e manifestações do patrimônio cultural: material e imaterial, no contexto sociocultural do Município de Presidente Kennedy – ES.

3.2 Objetivos Específicos

Identificar a importância da Identidade Cultural para a população Kenedense;

Descrever sobre Patrimônio Cultural material e imaterial do município de Presidente Kennedy – ES;

Descrever a participação da população na valorização dos patrimônios culturais.

4 MÉTODO

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de uma Pesquisa Qualitativa que para Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa se preocupa em alcançar a compreensão de um grupo social, organização, etc., ao mesmo tempo em que o pesquisador se torna sujeito e objeto de suas pesquisas. Portanto, a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, buscando compreender a dinâmica das relações sociais.

[...] pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.14).

Por conseguinte, a pesquisa qualitativa se caracteriza através da objetivação do fenômeno; das ações de descrever e compreender, do ato de explicar, da observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural. Contudo, para que isso aconteça faz-se necessário o controle e atenção do pesquisador, pois diante desse processo o estudioso pode desenvolver alguns comportamentos que não seriam favoráveis para o desenvolvimento da pesquisa, entre eles estão:

“excessiva confiança no investigador como instrumento de coleta de dados; risco de que a reflexão exaustiva acerca das notas de campo possa representar uma tentativa de dar conta da totalidade do objeto estudado, além de controlar a influência do observador sobre o objeto de estudo; falta de detalhes sobre os processos através dos quais as conclusões foram alcançadas; falta de observância de aspectos diferentes sob enfoques diferentes; certeza do próprio pesquisador com relação a seus dados; sensação de dominar profundamente seu objeto de estudo; envolvimento do pesquisador na situação pesquisada, ou com os sujeitos pesquisados” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.32).

Dessa forma, a abordagem qualitativa foi utilizada com objetivo de alcançar e avaliar as representações culturais, bem como os patrimônios culturais: material e imaterial do município de Presidente Kennedy-ES.

4.2 Local da Pesquisa

O local da Pesquisa é o município de Presidente Kennedy, localizado no extremo sul do estado do Espírito Santo. Sua população é composta por 11.658 pessoas e possui atualmente o maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do país, isso devido às explorações em alto mar da chamada camada pré-sal, no Oceano Atlântico, pela Petrobrás e pela nova empresa instalada no mês de maio de 2021, a IBC Brasil - International Barite Company, que terá como objetivo o processamento de rochas não metálicas para uso industrial, incluindo sulfato de bário, carbonatos e outros insumos, gerando mais de 300 empregos no município (IBGE, 2021).

Para expor melhor as informações sobre o município, faz-se necessária a retomada de alguns eventos históricos. No ano de 1581, com a chegada do primeiro jesuíta, o Padre José de Anchieta, o município teve seus primeiros índices de desenvolvimento local, sendo este a pessoa responsável por motivar e incentivar a construção do templo que hoje é um dos patrimônios históricos e simbólicos do local. José de Anchieta veio do Rio de Janeiro, chegou ao município e construiu uma igreja de madeira, na Planície de Muribeca, próximo ao Rio Itabapoana que divide os estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, s/d).

Outrossim, nessa época, o padre instalou residências na localidade, oficinas, enfermaria, horto, pomar, criadouro de peixe, casa de farinha e usina de açúcar, que, para essa finalidade, contou com a ajuda de índios catequizados e escravos.

Presidente Kennedy teve seu desmembramento do município de Itapemirim – ES, com emancipação em 30 de dezembro de 1963, através da Lei Estadual nº 1918, que vigorou em 04 de abril de 1964, recebendo o nome de Batalha. A mudança de nome do município ocorreu em homenagem ao presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy, devido a sua renomada expressão política, que após a sua morte, o deputado estadual, Adalberto Simão Nader, sugeriu, então, essa alteração (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY, s/d).

4.3 Participantes da pesquisa

Os participantes foram pessoas envolvidas com a história e as atividades culturais relacionadas com a dança do Jongo; Capoeira; Festa da Igreja Nossa Senhora das Neves; Cavalgada; Pesca Artesanal; Farinheira; Contadores de Histórias; Folia de Reis; Banda Musical; entre outras expressões culturais desenvolvidas nas localidades da Zona Rural, como Cacimbinha, Boa Esperança, Gromogol, Praia das Neves e na sede do município. Essas manifestações estão ligadas às associações representantes das comunidades.

Para tanto, foi realizada uma busca aleatória, considerando ainda as indicações da própria comunidade, considerando os critérios que seguem:

4.4 Critérios de inclusão

Os critérios de inclusão dos participantes à pesquisa foram: possuir idade a partir de 18 anos, de ambos os sexos; e possuir residência no município por período de 10 anos ou mais (podendo ser de outra comunidade). Para participar da pesquisa a pessoa deveria ser integrante de alguma manifestação cultural do município.

Assim, considerando os critérios acima, foram abordadas 13 pessoas, houve 03 recusas, o que resultou em 10 indivíduos para o estudo, sendo 06 do sexo feminino e 04 do sexo masculino, residentes nas seguintes comunidades: Gromogol, São Salvador, Cacimbinha, Boa Esperança e Sede do Município.

4.5 Coleta de dados

Foi utilizada a técnica de entrevista individual e presencial, conforme as medidas sanitárias à prevenção da Covid-19, tendo em vista que a presente pesquisa foi realizada no contexto de pandemia da Covid-19. No que diz respeito ao instrumento

para coleta de dados, utilizou-se o Roteiro semiestruturado para entrevista (APÊNDICE B).

A entrevista para Manzini (2012) tem sido um dos procedimentos muito importantes para a coleta de dados. Para algumas pessoas ela é utilizada como método; para outras como técnica, afinal, toda a definição para ser adotada em um trabalho de pesquisa dependerá, exclusivamente, do enfoque teórico que o pesquisador desejar seguir. Um exemplo citado pelo autor é o de uma abordagem teórica, podendo ser atrelada também uma matriz metodológica. Em outros termos, independentemente dessa abordagem adotada ser teórica e, principalmente, se ela é uma entrevista do tipo semiestruturada, conseqüentemente, deverão ser adotados os cuidados que venham envolver as questões de linguagem e o roteiro que será utilizado (MANZINI, 2012).

O autor deixa claro que é necessária a utilização do conhecimento teórico-metodológico, e na área de educação, os pesquisadores têm utilizado alguns conhecimentos adquiridos na Sociologia; Linguística; e na Psicologia. No que diz respeito ao uso da entrevista, os pesquisadores dizem ainda que ela precisa ser acordada e organizada, considerando o fundamento teórico e o de comportamento individual, buscando sempre manter o sigilo dos dados coletados, bem como das transcrições de áudio, e esses ficarão arquivados e guardados por cinco anos e, após este prazo, incinerados (MANZINI, 2012).

4.6 Técnicas e Instrumentos para análise dos dados

A metodologia utilizada para a análise dos dados foi a técnica de análise de conteúdo de Minayo (2001), que ajudou a entender a configuração do patrimônio cultural do município de Presidente Kennedy.

Essa técnica de análise de conteúdo para a autora foi compreendida como um conjunto de técnicas e ela surgiu nos Estados Unidos, no início deste século. Podemos destacar duas funções através da aplicação desta técnica. A primeira se

refere à verificação de hipóteses e/ou questões. Sendo assim, é a partir da análise de conteúdo que podemos identificar respostas para essas questões formuladas, contudo, analisaremos se essas afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação são verdadeiras ou não. Já a segunda está relacionada a descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Isso vai além da presença do que está sendo comunicado, sendo as duas práticas importantes e podendo se completar a partir dos princípios da pesquisa quantitativa ou da qualitativa (MINAYO, 2001).

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, reproduzindo exatamente as narrativas de cada entrevistado, com o intuito de organizar melhor o material obtido, conforme o método análise de conteúdo de Minayo (2001).

Trabalhou-se com a separação das unidades de registro (palavras que se repetem e expressam os depoimentos) a partir de uma leitura dos depoimentos, separando-os por categorias empíricas, logo em seguida identificaram-se as unidades de contexto que expressa o geral dos depoimentos e por fim, o que os depoimentos indicam, que seriam as evidências do estudo.

Além dessas técnicas descritas acima, é possível definir que a pesquisa qualitativa lida com um excesso de dados, os quais possuem vários significados e simbolismos. Entretanto, a análise de dados aponta não somente os temas que são discutidos pelos atores sociais, mas também são capazes de permitir e identificar as mais diversas formas para organizar os meios de comunicação dos dados. É importante observar todos os tipos de dados que serão analisados, e após essa verificação desenvolver técnicas adequadas (FREITAS; SANTOS; PRADO, 2020).

Em um trecho do livro de Gibbs (2009), os autores do artigo “Técnicas de produção e tratamento de dados qualitativos em teses e dissertações sobre tecnologias educacionais digitais utilizando a pesquisa-ação” 2019, abordam que a pesquisa qualitativa, do mesmo modo que educacional, vem defendendo a importância de estudos voltados e que identifiquem aspectos sociais dos indivíduos, com objetivo de analisar as experiências, interações, comunicações e investigar documentos que

expedem a essas interações e experiências, focando em suas particularidades (FREITAS; SANTOS; PRADO, 2020):

“Entrevistas individuais ou grupos focais e suas transcrições; observação participante etnográfica; correio eletrônico; páginas, notícias e conversas em bate-papos da internet; propaganda impressa, filmada ou televisionada; vídeos; documentos como livros e revistas; diários; fotografias; filmes” (FREITAS; SANTOS; PRADO, 2020).

Este mesmo autor aponta que a pesquisa qualitativa tem por definição incluir “qualquer forma de comunicação humana, seja por escrita, auditiva ou visual, comportamental, simbolismos ou artefatos culturais” (FREITAS; SANTOS; PRADO, 2020).

4.7 Aspectos Éticos

Esse projeto contou com recursos próprios da pesquisadora, portanto sem ônus para a instituição Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM. Detalhamento conforme cadastro na Plataforma Brasil.

Riscos de quebra de sigilo, violação do anonimato, dentre outros, que serão minimizados com a adoção de todas as orientações previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012 e 510/2016, sendo aprovado por decisão do Comitê de Ética em Pesquisa, sob parecer 5.151.901 (ANEXO 2).

5 RESULTADOS

5.1 Caracterização dos participantes

Foram entrevistados 10 indivíduos, sendo 06 do sexo feminino e 04 do sexo masculino, com faixa etária entre 25 a 71 anos de idade; escolaridade entre Ensino Fundamental Incompleto até o nível de Mestrado, que moram no município há mais de 50 anos e na comunidade entre 25 e 50 anos.

5.2 Organização dos dados e evidências percebidas

Tabela 1: Organização do material empírico segundo técnica de análise de conteúdo de Minayo. Vitória, ES Brasil, 2022.

Unidades de registro	Unidade de contexto	Evidências	Categorias empíricas
<i>Importante; Diversificada; Pouca visibilidade; Em expansão</i>	Para a comunidade, há uma diversidade sociocultural no município, que está em expansão, embora ainda venha sendo valorizada e incentivada.	Valorização cultural em processo e importante para o desenvolvimento local	Percepção da questão sociocultural e a realidade do município de Presidente Kennedy
<i>Jongo; Igreja das Neves, capoeira, folia dos reis, bois pintadinho</i>	Embora não sendo apontado o conhecimento dos principais patrimônios material e imaterial do município, foram identificados os mais populares e visíveis pela população.	Maior valorização dos patrimônios com visibilidade à população	Patrimônios material e imaterial: o que sabem
<i>Participação, colaboração, roda de diálogo, preservação</i>	A importância do diálogo, da preservação e continuação dos trabalhos e atividades já desenvolvidas, reconhecendo ser necessário maior participação e dedicação de toda comunidade na continuidade de suas representações culturais.	Participação popular e importância do diálogo	Participação Social e Comunitária no desenvolvimento de ações governamentais locais para preservação e valorização dos patrimônios culturais

Como ilustrado na tabela 1, observa-se que para a comunidade há uma diversidade sociocultural no município, que está em expansão, embora ainda venha sendo valorizada e incentivada. Embora não sendo apontado o conhecimento dos principais patrimônios material e imaterial do município, foram identificados os mais populares e visíveis pela população. Por fim, destacaram a importância do diálogo; da preservação e continuação dos trabalhos e atratividades já desenvolvidos e também herdados de geração em geração por seus antepassados, reconhecendo ser necessário maior participação e dedicação de toda comunidade na continuidade de suas representações culturais.

6 DISCUSSÃO

6.1 Categoria I: Percepção da questão sociocultural e a realidade do município de Presidente Kennedy.

O termo cultura se refere, diante da visão de Godoy e Santos (2014), para as mais diversas questões culturais, as quais têm recebido grande atenção ultimamente. Essa atenção está direcionada às diferentes esferas, sendo elas nas áreas acadêmicas, cotidiana, políticas e até mesmo a econômica que, conseqüentemente, vem crescendo e trazendo uma relevante importância no sentido de cultura sobre a reflexão no mundo contemporâneo.

A centralidade da cultura não simboliza uma dimensão epistemológica superior a outras dimensões sociais, por exemplo, a política, a educacional e a econômica, mas sim aquela que atravessa quaisquer outras práticas sociais. Mediante o exposto, essa centralidade informa sobre as diversas formas como a cultura penetra a vida social contemporânea, de modo a mediar os diferentes ambientes, se apresentado como um elemento importante nas ciências humanas e sociais, juntamente com os estudos das linguagens, das artes, da literatura e entre outros (GODOY; SANTOS, 2014).

No que se refere ao conceito de cultura, seu surgimento ocorreu somente entre o final do século XVIII e no início do XIX, no momento em que Edward Tylor conseguiu sintetizar, no vocábulo inglês, o termo *culture*, tendo como finalidade o germânico, *Kultur*, aplicado para simbolizar aspectos espirituais de determinadas comunidades; e, posteriormente, a palavra francesa definida como *civilization*, referindo-se às práticas materiais de um povo (PFEIFFER, 2012).

Logo, por cultura, o texto de Pfeiffer (2012) traz um entendimento dos diferentes modos de comportamento; dos costumes de um povo; seus modos de viver e pensar, todos embasados em complexo sistemas singulares, voltados para instituições interligadas que trabalham em conjunto. Sendo entendida, com isso,

como tudo que o homem pensou e produziu pela humanidade em prol de seu reconhecimento, a partir de muitas lutas e contradições.

Assim, a questão sociocultural passa por uma análise cujo foco é a ação humana mediada, podendo ser a de aspecto interior ou exterior, individual ou social. Nesse caso, é possível compreender que o social da contemporaneidade visualiza a necessidade de superar a divisão interna ou externa; e a divergência da teoria e prática, visto que a libertação social resulta sempre na prática de uma ação e na forma de reconhecer as relações (PFEIFFER, 2012).

Outro ponto de vista é o de que "todo o cultural é social". Essa afirmação é consequência de uma junção entre o desenvolvimento social e desenvolvimento cultural, mesmo que ambos não se sobreponham totalmente, a semelhança entre os dois trabalha com a ideia de uma dimensão relacional e interpessoal, a qual a sociedade pode reunir forças e com foco em determinados métodos possa organizar suas vidas dentro desta comunidade, considerando os seus diversos produtos culturais e intelectuais, podendo assim, dar significado aos seus modos de ser e viver. Buscando estudar juntos esse conceito, subentende-se que exista uma grande importância a qual faz com que a comunidade se enxergue protagonista dessa questão e veja que faz parte do desenvolvimento local do município (VYGOTSKY, 2000).

Assim, ao abordar os participantes deste estudo sobre a “**percepção da questão sociocultural e a realidade do município**”, evidenciou-se que para eles há uma diversidade sociocultural no município, que está em expansão, embora ainda venha sendo valorizada e incentivada, conforme expressam os fragmentos:

“[...]apesar de ser um município pequeno, ele tem, o conceito dele cultural; um pouco desvalorizado, né, não tanto conhecido [...]” **Ind2;**

“[...]o grupo cultural, tem se posicionado, o, esse conceito sociocultural ele tem se expandido, tem se demonstrado pra sociedade a sua grande importância [...]” **Ind6;**

“[...] eu enxergo de uma maneira é um pouco prejudicada pela falta de incentivo né[...].” **Ind7**;

“[...] a questão sociocultural do município é algo que é novo e vem sendo trabalhado gradativamente. Na verdade, é, a sociedade, a nossa sociedade ela demorou a entender o valor da Cultura como aspecto histórico[...].” **Ind10**.

Para Souza (2016), o papel de um município em relação à questão sociocultural é de suma importância. Essa relação está ligada ao fato de o município ser o principal ator no sentido de apoio e valorização da cultura local, ainda assim, é função dos governos federal, estadual e municipal estruturar e implantar o seu próprio Plano Municipal de Cultura. Primeiro diagnosticar as demandas e realidade cultural local do município, destacando as histórias contadas e vivenciadas; o ambiente e as questões econômicas; e, por fim, todas as características socioculturais expressadas pelo nosso povo.

Esse trabalho visa apresentar todos os desafios e potencialidades culturais do município, porém, é necessário ter como ponto de partida o apoio do governo municipal, que diretamente e indiretamente trabalhará junto com a sociedade no planejamento para a garantia de seus direitos, buscando os melhores caminhos para a valorização dos patrimônios culturais (SOUZA, 2016).

Além do Plano Municipal de Cultura, podemos contar com o Conselho Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Cultura, Conferência Municipal de Cultura, entre outros que se fizerem necessários para o levantamento e diagnóstico das demandas de nível cultural dentro do município. Atualmente, a Secretaria Municipal de Cultura do Município de Presidente Kennedy está junto com a de Turismo, Esporte e Lazer. O conselho municipal é representado por membros do município junto ao Conselho Estadual de Cultura, pois não existe um próprio dentro do município (SOUZA, 2016).

Quando a população compreende a importância da cultura para o desenvolvimento de um município, ela mesma se mobiliza a favor de manifestações e discursos de

interesse próprio, visando ser reconhecida, e com isso, valorizada a partir dos elementos que constituem a sua identidade enquanto sujeito. Para o povo, sua comunidade ou nação, a cultura é um fator significativo para ser destacado em meio às diversidades. Ela é a responsável por singularizar um grupo diante do mundo e, a partir das suas raízes culturais, preservar e afirmar sua identidade e pertencimento daquela determinada região que estão localizadas. Contudo, nada impede que este mesmo povo aprimore e busque formas e técnicas para melhorias, utilizando outras culturas, essa atitude pode até fortalecê-lo, trazendo melhores condições de vida (BRASIL, 2021).

É importante destacar os participantes deste estudo, os quais trazem um conhecimento do assunto, e ao enxergarem que há uma necessidade de valorização por parte do município, trazem uma preocupação importante que deve ser ressaltada, uma vez que é necessária a participação mais proativa dessas comunidades, no sentido de estudarem suas demandas atuais e, posteriormente, apresentar ao Governo Local suas ideias, seus planejamentos e com isso lutar para que seus objetivos sejam alcançados (SILVA, 2010).

Conforme Silva (2010) destaca, a política cultural deve ser caracterizada pela participação social, representando, dessa forma, maior espaço na representatividade do setor de cultura. Além disso, essa participação da sociedade é um elemento indispensável nas esferas públicas fundamentais, e ela mesma se materializa:

“[...] em contextos de proximidade, em praças e ruas, bairros, e cidades concretas, relacionando o âmbito local e o global, a memória e a inovação, num debate criativo tenso” (PASCUAL, 2008, p.54).

Acredita-se que a cidadania não está configurada somente na capacidade e expressão de um indivíduo em escolher seus representantes políticos. Do mesmo modo, pode-se expressar essa condução, ampliação e participação da gestão democrática e sobre assuntos públicos, a fim de garantir o respeito e a promoção dos direitos fundamentais básicos para o desenvolvimento da pessoa humana (SILVA, 2010).

Assim, destacando a importância do conceito sociocultural na percepção da população do município de Presidente Kennedy, destaca-se uma valorização cultural em processo e em evidência para o desenvolvimento local, o que revela o quanto esse assunto deve ser discutido entre gestão, trabalhadores e comunidade, para que não se deixe perder a cultura tão rica desse município.

6.2 Categoria II: Patrimônios materiais e imateriais: o que sabem.

Ao terem a percepção do conceito sociocultural, aproximou-se da população para que essa expressasse o que sabe dos patrimônios material e imaterial do município de Presidente Kennedy.

Para autor Araripe (2004), patrimônio cultural é a maior riqueza representada pela memória social, no espaço de uma cidade; e sua finalidade como fonte de informação é, posteriormente, auxiliar na promoção de tudo que lhe possa gerar crescimento pessoal e coletivo dentro da construção de uma sociedade.

Refletindo sobre o patrimônio cultural na contemporaneidade, ele tem por finalidade agrupar pessoas, fatos, o que falam e o que ouvem. Sendo assim, ele se encontra presente em diversos projetos diferenciados e alternativos na sociedade, destacando as mais diversas formas de identidade, classes, sociais, gêneros, grupos partidários, etnias, pessoas idosas, e etc. Em suma, o patrimônio representa uma memória do fazer social, dentro do que é do passado e do presente (ARARIPE, 2004).

Destacam-se como as seis questões teóricas e políticas importantes a serem trabalhadas:

- 1) O patrimônio cultural e a desigualdade social; 2) a construção imaginária do patrimônio nacional; 3) os usos do patrimônio; 4) os propósitos da preservação; 5) o patrimônio na era da indústria cultural; 6) os critérios estéticos e filosóficos [que o avaliam, preservam e difundem] (CANCLINI, 1994, p.96).

Sabemos que desde a década de 1920 o significado de preservação para patrimônio cultural se tornou mais relevante, tendo em vista a forma de preservar os bens patrimoniais, conservando-os como traços da vida comum, e mostrando para a sociedade como a população vivia em determinada época. Considerando a condição de preservação, todo material que é composto por um valor, uma herança ou história, é algo significativo para aquela comunidade ou sociedade, portanto, para um bem comum, é necessário que este espaço seja cuidado, valorizado e preservado, juntamente os seus elementos (TOMAZ, 2010).

É importante destacar que a atuação do Governo Federal em relação à questão de preservação do patrimônio histórico cultural aconteceu somente quando o ministro Gustavo Capanema, atuante no governo de Getúlio Vargas, pediu ao poeta Mário de Andrade que escrevesse uma solicitação em formato de anteprojeto, com intuito de criar um órgão específico que atendesse à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Para tanto, essa iniciativa adveio sobre a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que iniciou seus trabalhos a partir de 1936, sendo consolidado em 30 de novembro de 1937, através do Decreto-Lei n.º 25 (TOMAZ, 2010).

Ao abordar sobre o conceito de educação patrimonial e alguns diálogos dentro da escola, pode-se perceber que o desenvolvimento da educação patrimonial, até o presente momento, persiste com a ideia de que patrimônio se encontra em poucos locais e manifestações. Para compreender essa situação, a escola aparece como a mediadora desse encontro entre o aluno e o patrimônio, sendo que o aluno, muitas vezes, não tem conhecimento sobre o fato de a escola também fazer parte do patrimônio da sociedade, a qual se torna um local e elemento responsável pela construção de memórias e constituição identitária (NOGUEIRA, 2015).

Em muitos casos, observamos que a educação patrimonial, dentro do contexto escolar, se pauta apenas em visitas aos “espaços de memória”, entendendo como se toda a História se limitasse apenas a alguns pontos determinados. Entretanto, existe o papel do professor, cujo objetivo é fazer com que o aluno entenda o sentido

da criação histórica e seus agentes dos mais diversos espaços. Especialmente na escola, esse momento se conceitualiza a partir do compromisso e da mediação do professor e da escola com a comunidade em seu entorno, dentro de seu bairro ou cidade, somente assim, o aluno entenderá o processo de valorização dos patrimônios em seu território e, com isso, poderá reconhecer melhor sua identidade, e também exercer sua cidadania (NOGUEIRA, 2015).

Nesse contexto, ao buscar sobre os patrimônios culturais do município, evidenciou que, embora não sendo apontado o conhecimento dos principais patrimônios material e imaterial, do município de Presidente Kennedy, alguns patrimônios foram identificados pela comunidade, conforme apontam os fragmentos abaixo:

“[...] os patrimônios culturais materiais que eu tenho conhecimento é a Igreja das Neves e a comunidade de Boa Esperança, já o imaterial, temos o jongo, e a capoeira[...].” Ind4;

“[...] os patrimônios que eu alcancei, é a farinha bulandeira, o bijú, o biscoito de polvilho, todos eram fabricados nas nossas próprias casas, tinha a bulandeira do barão, conhecida através do seu engenho de madeira que fazia muitas farinhas [...]” Ind3;

“[...] nós temos patrimônios como o Morro da Serrinha e o Morro do Serrote, temos a torre que é em Guarulhos, né, que são patrimônios importantíssimos para o município de Presidente Kennedy, e se tratando de Patrimônio Imaterial nós temos o Jongo de Boa Esperança e Cacimbinha, nós temos a Folia de Reis de Gromogol, né, temos também Boi Pintadinho [...]” Ind5;

“[...] nós também temos a questão da cultura artesanal na nossa região, na área de pesca na área de Marabá, nós temos oficinas de rede, de artesãs que trabalham com escamas e isso já é antigo, então elas vendem seus produtos, é cultural, é uma riqueza da localidade que são mulheres de pescadores [...]” Ind9.

Considerando o termo diversidades culturais e a promoção das identidades locais, identificaram-se que tal construção foram potencializadas dentro do território da América Latina, e foram marcadas por uma ampla heterogeneidade de línguas, costumes, tradições e crenças de um determinado povo. O autor destaca sobre o temor generalizado que unificou a cultura com as organizações profissionais da área, junto com os movimentos sociais, eles assumiram uma tarefa de forçar os governos locais e nacionais, com o objetivo de defender e promover as identidades locais e regionais (ALVES, 2010).

Os autores Mattos e Abreu (2009), em seu artigo, ao se referirem ao contexto do século XIX, acreditam que, ao mencionar que se é negro, é possível remeter a população à memória da escravidão. Em nosso país, intitular a cor ainda hierarquizada, pois sugere a quebra de um pacto sobre o silêncio e o passado escravo, ainda assim, quando rompemos com esse princípio de silêncio, entendemos que as “terras de preto” se emergiram primeiramente e, posteriormente, foram as memórias da escravidão e do tráfico, entre eles também se destacam os jongos e os espaços de celebração do passado africano.

É comum encontrarmos nos dias atuais diversas formas de expressão do nosso povo, entre os jongos; as danças; sambas de roda; os maracatus; e as folias de reis. Mesmo que esses elementos não estejam inseridos em quilombos ou comunidades, tal representatividade quebra o orgulho e silêncio de um povo, trazendo satisfação sobre o processo de evolução construído e pautado por reivindicações de seus direitos, os quais puderam transformar o seu povo ou quilombo e a vivenciar sua liberdade, como menciona (MATTOS; ABREU, 2009):

“Negro no cativo/ Passou tanto trabalho/ Ganhou sua liberdade/ No dia 13 de maio”. Essa é a letra de um jongo cantado ainda hoje em alguns dos novos quilombos do Sudeste. Neles não é difícil encontrar entre os mais velhos aqueles que se dizem netos de um “Treze de Maio” e que são capazes de nos contar histórias do “tempo do cativo”, como os avós lhes contavam.” (MATTOS; ABREU, 2009).

Através das leituras, é possível verificar vários indicadores sociais que expõem, de várias formas, todas as desigualdades que estão presentes entre os brancos e negros, isso no que diz respeito aos níveis de escolaridade, as vagas e

oportunidades de emprego, o acesso a meios de renda, saúde, entre outros. As comunidades jongueiras, cujas raízes estão inseridas nas áreas rurais e comunidades da região sudeste, considerada uma das mais ricas do país, ainda enfrentam uma luta a fim de conquistar as terras. Diante disto, muitos tiveram que se abrigar em morros e até mesmo favelas, em busca de um meio para sobreviver (MONTEIRO; SACRAMENTO, 2008).

O significado do jongo/caxambu, como forma de expressão da dança do “preto” ou mesmo aquela associada aos “macumbeiros”, faz com que todos envolvidos sofram constante preconceito racial, que se manifesta quando não conseguem ter junto a eles os direitos básicos para sua sobrevivência. Neste contexto, todos os direitos não são vistos como direitos, e sim como favores, ainda relacionados aos padrões remanescentes da época escravista, como se eles tivessem que somente servir aos senhores e fossem obrigados a isso (MONTEIRO; SACRAMENTO, 2008).

Todavia, durante as pesquisas, foi observado que, conforme muitos autores relatam, as próprias pessoas do município de Presidente Kennedy, que foram entrevistadas também relataram, seus posicionamentos mediante ao espaço de serem reconhecidos ou desenvolverem atividades, através da dança do “jongo” atravessados por muitos problemas. As falas relatavam sobre a dificuldade de valorização de suas atratividades, pois a comunidade não consegue, com seus recursos próprios, dar continuidade às apresentações. Isso devido à falta de acesso aos espaços públicos e até mesmo privado; falta de transporte para locomoção; vestimentas; instrumentos, e etc. Finalmente, esses espaços são ricos em atrações, porém, ainda pouco valorizados, e a própria comunidade expressou a desmotivação em relação à busca ou luta pela melhoria dessa produção de conhecimento/reconhecimento (MONTEIRO; SACRAMENTO, 2008).

Um dos patrimônios materiais do município de Presidente Kennedy é a Igreja Católica de Nossa Senhora das Neves. O monumento é um bem simbólico hoje tombado pelo IPHAN e de extremo valor cultural e emocional para o município. A comunidade se reúne anualmente para fazer a festa em homenagem à santa, várias romarias chegam à cidade, são dias de festas e procissões, ato em que gera para o

município um movimento econômico e, conseqüentemente, os moradores que sobrevivem das vendas através da culinária, artesanato e pesca também são beneficiados (GONÇALVEZ, 2013).

Para Gonçalves (2013), ao analisar a visão da sociedade direcionada às igrejas, o autor percebe que a maioria das pessoas não conhecem como elas foram edificadas; mal sabem sobre a importância de todo esse processo; e qual é a participação dos cidadãos atuantes dessa população neste momento de construção. Toda a forma em que cada igreja foi construída leva consigo os pequenos e grandes detalhes advindos da sociedade a qual está inserida, tudo aquilo que foi e é conservado como forma de preservação da identidade cultural daquela localidade.

Ainda como diz o autor, a igreja não pode ser vista somente como uma entidade religiosa, mas:

“Como uma instituição que engloba diversas outras vertentes que só podem ser percebidas através de estudo, pesquisa e informação e por parte desta falta de interesse em conhecer melhor a sociedade em que vive que as pessoas alienadas não acompanham as transformações das cidades e não conhecem os componentes que fazem parte da sua identidade” (GONÇALVES, 2013).

Sendo assim, para que cada igreja mantenha sua estrutura conservada, considerando todo o seu meio de construção e proteção deste patrimônio, faz-se necessário que a população considere importante manter a originalidade desse espaço, cuidando e dando manutenções frequentes, fazendo pequenas reformas, sem que retire o aspecto original e desperdice a identidade cultural que ali é expressada.

Mesmo com as diversidades culturais encontradas no município de Presidente Kennedy, algumas se destacam, entre elas estão a Capoeira e a Folia de Reis. Há algumas discussões e diferentes posicionamentos de vários pesquisadores sobre a capoeira, as quais podem ser encontradas em diversos documentos, a partir do final do século XVI. A capoeira, enquanto definida por atividade corporal, teve seu início na primeira década do século XIX, no Rio de Janeiro, e foi documentada.

Anteriormente, porém, ela era vista apenas como jogo-luta e seus participantes eram vistos como malfeitores, bandidos e ladrões (LUSSAC; TUBINO, 2009).

A luta capoeira é um instrumento importante para toda história e cultura do Brasil, com ênfase na do Rio de Janeiro, que sofreu inúmeras influências, não somente por mudanças institucionais, mas, principalmente, no espaço esportivo da Educação Física, de modo que, com a atual conjuntura dos processos político e social, resultou na modificação e modernização do aspecto e cenário brasileiros do século XX, atingindo não somente essa camada que despertava e dependia do meio de luta Capoeira, mas todas as camadas populares (LUSSAC; TUBINO, 2009).

Conforme Oliveira (2014) a Folia de Reis, como também é conhecida pelo nome reisado, é um folgado popular do Brasil. Neste dia festeja-se o Dia de Reis, sendo todo o dia seis de janeiro. É muito representativa e bonita a forma como os foliões se vestem e como eles contam a história durante esse caminho:

[...] Ao imitar a jornada dos Reis, a Folia de Reis também deve sair em viagem, visitando as casas dos devotos, cantando lembrança do nascimento de Jesus. Com o passar do tempo foram sendo agregados outros valores e práticas às folias. Desta forma, elementos da religiosidade cultural tomaram lugar de destaque no ritual de folias, tendo sido incorporadas as práticas de visitas a locais sagrados a serem percorridos durante o trajeto da folia e o cumprimento, no período da realização da folia, de promessas, ou seja, o pagamento ou agradecimento a dádivas recebidas aos pedidos realizados tanto pelos participantes da folia, como dos moradores de casas visitadas por uma folia (OLIVEIRA, 2014, p.115).

Para o município de Presidente Kennedy, a Folia de Reis se caracteriza como um bem imaterial importantíssimo, os participantes desta pesquisa contam que a tradição vem de anos em anos e de geração em geração. A Folia de Reis ficou tão famosa nas redondezas do município, que chegou a ganhar destaque e prêmios no Sul do estado do Espírito Santo. Porém, neste momento, foi expressado durante as falas, que devido à falta de investimentos e meios de locomoção, a Folia de Reis está se acabando, e uma participante/membro atuante de toda a história da Folia do município explanou que várias tentativas têm sido realizadas. Deste modo, o grupo que ainda se encontra fortalecido, com intuito de preservar a atratividade, é muito pequeno, e as pessoas foram perdendo o interesse. Hoje, eles buscam resgatar

esses laços, memórias e vivências através das novas gerações, dos filhos, netos, primos, entre outros, mas não têm obtido êxito (DUTRA; SOARES, 2019).

Por fim, todo contexto sobre patrimônio cultural material e imaterial deve ser melhor estudado e pesquisado, para que a população do município possa ter conhecimento do verdadeiro valor que os mesmos têm e, a partir disso, tomar iniciativas próprias para entenderem sobre seus deveres e atribuições, buscando manter e preservar seus patrimônios e também sua identidade (DUTRA; SOARES, 2019).

6.3 Categoria III: Participação Social e Comunitária no desenvolvimento de ações governamentais locais para preservação e valorização dos patrimônios culturais

Ao falar sobre participação social e comunitária no desenvolvimento de ações governamentais locais, para preservação e valorização dos patrimônios culturais, a população explanou sua forma de participação dentro das comunidades e como eles trabalham e interagem com o objetivo de valorizar os patrimônios culturais do município de Presidente Kennedy.

Diegues (2012) fala em seu artigo “A Construção da Participação Social na Gestão das Políticas Públicas: O Protagonismo do Governo Local no Brasil” que o cenário político brasileiro tem apontado nas últimas duas décadas inúmeras mudanças, com visibilidade no processo de democratização entre o Estado e a nova relação com a sociedade. A temática vem se destacando desde a Carta de 88, quando Stein (2009) promulgou e estabeleceu, em seu arcabouço, em primeiro lugar, a democracia com primazia absoluta”:

“[...] após a promulgação da carta Constituinte de 88 que conforme Stein (2009) [...] “estabelece em seu arcabouço o princípio democrático com primazia absoluta”. A Constituição de 88 inovou significativamente ao instituir espaços de participação e intervenção popular nas políticas sociais, exercido pela população e viabilizado por meio da participação de organizações representativas nos conselhos deliberativos, dentre outras formas (BULLA e LEAL, 2006). A partir de então, a participação social vem se tornando um dos princípios organizativos nos processos de formulação

de políticas públicas e de deliberação democrática em escala local (MILANI, 2008).

A fim de que a democratização do poder local se efetue, é necessário atuar junto às questões da descentralização voltadas para as ações do poder público, buscando a emancipação para as localidades e garantindo ao povo o direito de exercer sua cidadania, através da participação na cogestão pública. Portanto, esse fato somente acontecerá a partir de uma mudança na relação entre o Estado e sociedade, a qual precisa passar a ser, de um lado, o fortalecimento institucional do município, que trabalha junto com outras esferas da administração pública; e de outro lado, ampliar quaisquer possibilidades envolvendo os mais diversos atores locais sobre a ação estatal (SARAIVA; GONÇALVES, 2008).

A descentralização no Brasil desde os anos 70 vem sendo considerada como uma grande forma de reivindicações democráticas. Além disso, ela vem fortalecendo o poder local que, a partir dos anos 80, incentivou os municípios a passarem de fato a serem politicamente independentes, principalmente com a municipalização das políticas sociais. Contudo, é possível identificar uma chance do acesso ao cidadão se tornar mais acessível, dentro do governo (DIEGUES, 2012):

Hamilton; Madison; Jay John (2001, p. 153) ressaltam que, “um bom governo implica duas coisas: primeiro a fidelidade a seu objetivo, que é a felicidade do povo; segundo, um conhecimento dos meios que permitem alcançar melhor este objetivo”.

Desta forma, ao considerar todo esse processo de participação social, identificou-se que a população do município tem participado de alguns movimentos sociais, bem como tem enviado representantes responsáveis neste sentido. A fala dos participantes sobre esse contexto é que não estão engajados somente na reivindicação pelos seus direitos, mas que esperam do governo local um posicionamento, para uma retomada na área da cultura; uma pausa para serem escutados e, assim, poderem explicar seus desejos e suas expectativas relacionadas ao setor de desenvolvimento cultural do município, no qual identificam fatores importantíssimos para serem trabalhados dentro do contexto geral sociocultural de Presidente Kennedy. Abaixo é possível verificar alguns fragmentos dessas falas citadas pelas comunidades:

“[...] então, eu busco juntamente com esses grupos, com a comunidade, demonstrar para a sociedade a importância que a manifestação cultural tem para a nossa história. Então assim, a minha participação tem sido efetiva, tem sido colaborativa e sempre estar buscando galgar um lugar de posicionamento de visão [...]” Ind6;

“[...] olha eu poderia contribuir desenvolvendo roda de diálogo, com parceria, divulgação para poder de ter um papel de reflexão e conscientização sobre a questão da cultura, o município desconhece, mas seria uma forma de conscientizar, os munícipes em si, a questão da nossa cultura, da valorização da nossa cultura, através de diálogo [...]” Ind4;

“[...] a gente tem aí a proposta de ressurgir com secretaria de Cultura, quando você desenvolve uma política efetiva no desenvolvimento da cultura você também esbarra na questão turística, uma das formas que você tem de valorização de perpetuação e também de transformar esses patrimônios em cunho turístico né, para que eles possam também obter renda [...]” Ind5;

“[...] mesmo sabendo que em grande parte da questão de valorização, ou se tratando da questão cultural, fica a cargo dos órgãos públicos, nós cidadãos, né, eu cidadão, temos um papel fundamental na preservação, na continuação, então nós temos que preservar dando continuidade, dando todo apoio, comparecendo às reuniões e levando conhecimento de outras pessoas. [...]” Ind5.

Em relação ao papel da comunidade frente ao desenvolvimento de ações governamentais de preservação e valorização dos patrimônios culturais do município, ambos relataram a importância do diálogo, da preservação e continuação dos trabalhos e atratividades já desenvolvidas, e também herdadas de geração em geração por seus antepassados. Os participantes reconhecem que é necessário maior participação e dedicação de toda comunidade na continuidade de suas representações culturais.

Um fator importante e fundamental para elucidar os problemas da participação comunitária é a realização de um estudo e levantamento do meio físico, analisando sempre a particularidade de cada espaço, o seu tempo e os objetivos específicos, pois cada uma é diferente da outra. É importante observar as atividades do espaço rural, como elas se definem e como podem ser configuradas, desde que isso não ocasione no futuro impactos negativos (MANFREDINI, 2005):

Afinal, não se deve esquecer que os componentes naturais da paisagem, isto é, ar puro, o sol, as montanhas (...) são inteiramente gratuitos. Eles estão a livre disposição de todos ou quase. Eles não têm preço. De certa forma são o bônus do pacote. É pôr esta razão que muitas regiões liquidam seus recursos, sem se dar conta do que estão perdendo, cada vez mais a própria independência (KRIPPENDORF, 1989 p. 96).

A comunidade entrevistada de Boa Esperança, através de seus representantes, relatou sobre o interesse em se criar uma biblioteca ou um ponto para arquivo dentro da própria comunidade, na qual poderá arquivar e registrar as memórias, fatos marcados, livros, fotografias, entre outros objetos de fatos culturais que a população tem acesso, mas não possui espaço para recriar e guardar. Isso daria aos moradores, população em geral e seus visitantes, o direito de conhecerem a história da comunidade, através da ancestralidade de seus membros que por ali já passaram e deixaram seu legado (MANFREDINI, 2005).

Alves (2020), menciona que as bibliotecas são espaços remotíssimos de guarda, preservação sobre o conhecimento cultural dos povos:

“Sua função social é promover o acesso ao acervo cultural e científico produzido pela humanidade e ao mesmo tempo estimular o desenvolvimento de novas criações pelos sujeitos. No entanto, no contexto brasileiro das bibliotecas públicas, a maioria delas têm encontrado dificuldade em exercer essa função primordial, tendo em vista os problemas de ordem político-social que fazem com que esses espaços primem pela internalização de procedimentos técnicos em detrimento de uma pulverização e expansão de ações para seu público” (ALVES, 2020).

A definição para biblioteca pública e como seu desempenho proporcionou a criação de bibliotecas populares e comunitárias é que, atualmente, ambas estão configuradas através das organizações sustentadas pelo Governo Federal, regional ou municipal, tendo por objetivo o ato de fornecer, de modo equitativo a toda população que dela utilizar, o acesso ao conhecimento, informação, compreensão,

com auxílio dos diversos recursos e suportes disponibilizados pela ela. Ademais, outros objetivos importantes destacados pela biblioteca pública é o incentivo à leitura e a imaginação nas crianças e jovens, trazendo para esses a promoção de conhecimento e contemplação da cultura, em suas mais diversas formas de manifestações; o fornecimento de informação utilitária, científica e escolar a toda a comunidade (ALVES, 2020).

Um programa importante na área da cultura, desenvolvido no ano de 2014, foi o Programa Cultura Viva, LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014, cuja definição se dá por Programa Arte, Educação e Cidadania. Nesse ano, o Ministério da Cultura, criou o programa objetivando-o a ser uma experiência importante para a reflexão sobre problemáticas, tais como:

“[...] a noção de participação da sociedade civil, na gestão e produção da cultura; a ideia de que o exercício da cidadania ultrapassa os direitos civis e políticos e também perpassa a garantia de direitos culturais; os desafios de uma gestão em rede, onde Estado e grupos sociais buscam conjugar direções a serem percorridas, ou ainda, a construção de novas concepções sobre desenvolvimento” (CALABRE; LIMA, 2014).

Todavia, conforme exposto na Portaria de criação do Programa, o objetivo é “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade” (CALABRE; LIMA, 2014).

Em síntese, o texto discorre sobre o processo da construção de políticas públicas culturais democráticas, que foram desenvolvidas ao longo dos anos, desde a existência e implantação da Cultura Viva; e o grande empenho atual da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural é efetivar o Cultura Viva, com base em um programa comunitário. Desde então, tivemos muitos avanços e tensões entre o Estado e sociedade. Com isso, o diálogo entre o Ministério da Cultura (governo) e os integrantes da ação (sociedade civil) não é contínuo, análogo e sem contradições. Muito pelo contrário, observamos que em alguns momentos, aqueles de maior proximidade entre grupos e governos sofreram muitas críticas e o desejo por mudança era latente, porém, não correspondido (CALABRE; LIMA, 2014).

Seguindo modelo de implantação do Programa, a autora Rollemberg (2014) apresenta um similar, sendo ele dividido em três etapas, como mostrado a seguir:

Quadro 2: Processo de implantação do Programa em três etapas.

PERÍODO	1ª ETAPA 2004-2006	2ª ETAPA 2007-2010	3ª ETAPA 2011-2012	4ª ETAPA 2013-2020
FOCO	FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	EXPANSÃO FEDERATIVA	REESTRUTURAÇÃO E FORTALECIMENTO DA GESTÃO	CONSOLIDAÇÃO DO PCV COMO POLÍTICA DE BASE COMUNITÁRIA DO GOVERNO
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da produção, da pesquisa, do registro e da difusão das expressões culturais dos grupos e entidades responsáveis pelos modos de ser, pensar e fazer cultural no país, potencializando as iniciativas existentes nas comunidades; • Criação de uma nova forma de atuação do MinC, considerando a participação social e a gestão compartilhada. • Definição de focos específicos para os mecanismos de aporte de recursos além da Lei Rouanet (renúncia fiscal); • Execução direta com a sociedade civil. • Mobilização e articulação, da participação social e gestão compartilhada; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização da pactuação federativa, sob a égide do Programa Mais Cultura com a descentralização do Programa, resultando em forte expansão das redes estaduais de pontos de cultura; • Ampliação da rede de parceiros federais, concretizando o Programa como transversal às mais diversas ações do Governo; • Pactuação com órgãos de controle para acompanhamento, monitoramento, avaliação e qualificação do Programa; • Expansão de editais de prêmios em face do término do financiamentos (etapa híbrida); • Expansão da ação direta do MinC (Pontos e Pontões) com ações complementares às ações dos Pontos de Cultura (redes temáticas); • Expansão da mobilização, articulação, participação social e gestão compartilhada. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redesenho do PCV considerando a junção dos Programas Cultura Viva e Brasil Plural com impacto na estrutura de gestão do Programa e os resultados da avaliação do Programa. Definição da diversidade como matriz na promoção da cidadania; • Planejamento de ações prioritárias e de saneamento de problemas para qualificar a gestão e honrar os compromissos assumidos; • Início da articulação da Rede Cultura Viva a outras redes convergentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação da pactuação federativa com a descentralização do Programa no marco do SNC e do PNC, e definição de critérios de expansão; • Fortalecimento do Programa na lógica de consolidar o PCV como uma Política de Base Comunitária do Sistema Nacional de Cultura, caracterizada como uma política de fomento integrada, com a participação de órgãos federais parceiros, governos estaduais, distrital e municipais e da sociedade civil. • Retomada do crescimento da rede de pontos e pontões, rumo à meta de 15 mil pontos para 2020 (Meta 23 - PNC) com a estruturação de políticas setoriais para a diversidade; • Mobilização e articulação das redes com a estruturação da participação social.

Fonte: ROLLEMBERG, 2014.

Afinal, a proposta em si é reforçar o Programa Cultura Viva, com base em uma política comunitária do Sistema Nacional de Cultura, viabilizando o amplo exercício dos direitos culturais, em conjunto com a população brasileira, e averiguando as

potencialidades da cultura, do modo transversal para o desenvolvimento social e econômico sustentável (ROLLEMBERG, 2014).

O município de Presidente Kennedy é um local rico em diversidades culturais, apresenta maior parte da população descendentes de diversas expressões culturais. Além disso, tem por interesse buscarem meios e estratégias de valorizarem e ampliarem as políticas públicas voltadas para cultura dentro do município. Desse modo, considerando o desejo de alguns representantes de nossa população em criar um espaço para arquivamento e apresentação de suas histórias; e com base no que foi citado acima sobre a ideia de uma biblioteca comunitária, acreditamos que, em decorrência do que eles falaram em seus depoimentos, essa ideia seria uma das estratégias para se criar esse espaço acolhedor e fazer com que toda população reconheça o sentido e valorize as formas de aprender lendo, compreendendo e buscando mais sobre suas histórias de vida. Por fim, a partir dessa ideia, outras surgirão, e só assim as comunidades iniciarão os movimentos em prol da mudança e reconhecimento dos seus valores e, conseqüentemente, a cisão socioeconômica, que tanto é fragilizada, segundo eles, também será valorizada.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Presidente Kennedy é um dos municípios mais ricos do estado do Espírito Santo e também do Brasil. Apesar de ser um município extremamente rico, geralmente está associado a uma visão de interior. Além disso, Presidente Kennedy é o maior produtor de leite do estado do Espírito Santo, e possui uma arrecadação milionária de Royalties de petróleo. Ademais, também se iniciou recentemente investimentos com a finalidade de atrair empresas para o município.

Sabendo-se que a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMUCTEL) possui um fundo de R\$ 5.688,339,83, que são divididos entre as respectivas áreas, é possível observar que atualmente o município tem destinado e se colocado à disposição de alguns direcionamentos financeiros para a área da cultura, fazendo com que a comunidade tenha acesso a esses dados e também aos programas e ações derivados desses recursos recebidos. Considera-se importante destacar que é preciso, por parte do município e da população, maiores investimentos em Políticas públicas voltadas para a cultura, turismo, esporte e lazer.

Dos resultados apresentados, observa-se que a população, especialmente os participantes da pesquisa, encontram dificuldades para terem acesso às políticas públicas voltadas para a área da cultura no município de Presidente Kennedy. Além disso, relatam sobre seus posicionamentos mediante as movimentações e lutas sociais, para que sejam reconhecidos ao longo do tempo, por representarem parte dos patrimônios culturais imateriais e também serem membros integrantes dos movimentos para tombamento dos patrimônios materiais.

Outra questão observada foi a de que os munícipes de Presidente Kennedy - ES apresentam que, apesar do conhecimento sobre o conceito de patrimônio cultural: material e imaterial, eles ainda não conseguem visualizar o potencial da produção de renda por meio da economia criativa, que aliada a cultura implica em questões socioeconômicas.

Diante do que foi discutido, verifica-se tanto a necessidade de intensificar a abordagem e os conceitos sobre o tema cultura, patrimônios culturais: materiais e imateriais e seu meio de preservação e valorização, bem como fortalecer, junto ao ensino educacional, temáticas voltadas para essa área, proporcionando às crianças e adolescentes, desde sua fase de desenvolvimento, o conhecimento sobre as riquezas e diversidades culturais de seu município. Ademais, o município precisa ser provocado a desenvolver, junto com a sociedade, mais alternativas e ações para fomentar as questões socioeconômicas e o reconhecimento enquanto indivíduo através de sua identidade.

Conclui-se que há a necessidade de ampliar discussões sobre o tema, trazendo a importância das políticas públicas voltadas para a área da cultura, no município de Presidente Kennedy, destacando a importância da população nessas discussões, para que sejam reconhecidos ao longo do tempo, por representarem parte dos patrimônios culturais imateriais; e também serem membros integrantes dos movimentos para tombamento dos patrimônios materiais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elder Patrick Maia. **Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultural popular: a Unesco e a construção de um universalismo global.** Sociedade e Estado: v.25, n.3, 2010.

ALVES, Mariana de Souza. Biblioteca comunitária: conceitos, relevância cultural e políticas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-29, 2020.

AMARAL, A.L. **Pertencimento.** 2006. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>. Acesso em: 08 set. 2021.

ARARIPE, Fatima Maria Alencar. **Do patrimônio cultural e seus significados.** Transinformação, Campinas: v.16, n.2, p.111-122, 2004.

BATISTA, Vanessa Oliveira; MACEDO, Carmen Lúcia. O patrimônio cultural na legislação brasileira. **Revista do curso de mestrado em direito da UFC:** 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/patrimonio%2025%20julho.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BERTOLOTO, José Serafim; CAMPOS, Maria das Graças; MONTEIRO, Edemar Souza. O ensino da arte na construção de uma identidade cultural no Brasil. **Revista de Educação Pública:** v.26, n.62, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/5500>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://migre.me/9QzCa>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **O que é cultura? Qual sua impotência?.** Brasil Paralelo: 2021. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/qual-a-importancia-da-cultura>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BULLA, LC; LEAL, MLM. A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social: o desafio de uma representação democrática. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 3, n. 1, 2006.

CALABRE, Lia; LIMA, Deborah Rebello. DO DO-IN Antropológico à política de base comunitária – 10 anos do programa cultura viva: uma trajetória da relação entre estado e sociedade. **Políticas Culturais em Revista**, 2(7), p. 6-25, 2014.

CANANÉA, Fernando Abath. **Educação popular e identidade cultural.** Editora Imprell: João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Livro-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-POPULAR-E-IDENTIDADE-CULTURAL.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

CANEDO, Daniele. **Cultura é o quê? – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos.** V ENECULT: Faculdade de comunicação / UFBA, Salvador – Bahia, 2009. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2021.

CANCLINI, NG. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.23, p.95-96, 1994.

CARVALHO, Mauro. A construção das identidades no espaço escolar. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul: v.20, n.1, 2012.

DIEGUES, Geraldo César. **A Construção da Participação Social na Gestão das Políticas Públicas: O Protagonismo do Governo Local no Brasil.** APGS, Viçosa, v. 4, n. 4, pp. 365-380, out./dez.2012

DUTRA, Alba Valéria Freitas; SOARES, Cecília Conceição Moreira. **O lugar da memória na folia de Reis enquanto prática educativa.** Seminário Gepráxis: v.7, n.7, p.5357-5368. Vitória da Conquista – Bahia, 2019.

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ELIAS, Norbert. **O processo Civilizador: Uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: v.1, 1994. Disponível em: https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/09/ELIAS_Norbert._O_processo_civilizador_volume_1.pdf. Acesso em: 08 set. 2021.

EMESCAM (Escola Superior de Ciências da Santa Cada de Misericórdia de Vitória). **Estrutura Curricular.** s/d. Disponível em: <https://emescam.br/mestrado/estrutura-curricular/>. Acesso em: 18 set. 2021.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** UFRJ: Rio de Janeiro, 1997.

FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, Camila Amaral Moreno; SANTOS, Adriano Maia dos Santos. PRADO, Nilia Maria de Brito Lima. **Gibbs G. Análise de dados qualitativos.** Saúde Debate: v.44, n.125, Rio de Janeiro, 2020.

GARCEZ, Dirnele Carneiro; VANIN, Luís Fernando; FEVRIER, Priscila Rufino; MASCARENHAS, Raquel. Patrimônio cultural, memória e identidade negra: um olhar a partir das obras de Rubens Alves da Silva. **Revista múltiplos olhares em ciência da informação:** 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Editora UFRGS: ed.1, 2009.

GODOY, Elenilton Vieira; SANTOS, Vinício de Macedo. **Um olhar sobre a cultura.** Educação em Revista: v.30, n.3, p.15-41, Belo Horizonte, 2014.

GONÇALVES, Adrienne Santos. **A igreja católica: patrimônio e identidade.** Interfaces científicas - Humanas e Sociais: v.1, n.3, p.33-40. Aracaju, 2013

GROH, Arnold. Identidade cultural e o corpo. **Revista Psicologia e Saúde:** v.11, n.2. Campo Grande, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000200002. Acesso em: 24 jul. 2022.

HAMILTON, A; MADISON, J; JAY JOHN. **El federalista: El debate por La unión.** 1a. ed. Espanha: Fondo de Cultura Económica, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto – PIB.** 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 03 out. 2022.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial.** 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 24 jul. 2022.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. **Psicologia Social Contemporânea.** Identidade, Petrópolis: Vozes, p.159-167, 1999.

KASHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. Cultura, Identidade e Desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. **Revista internacional de desenvolvimento local:** v.3, n.4, p.35-42, 2002. Disponível em: <https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/575/613>. Acesso em: 25 jul. 2022.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto; TUBINO, Manoel José Gomes. Capoeira: a história e trajetória de um patrimônio cultural do Brasil. **Revista da Educação Física/UEM:** v.20, n.1, p.7-16. Maringá, 2009.

MANFREDINI, Cíntia. **Participação comunitária em projetos de desenvolvimento local:** um estudo no bairro nos Marins, Piquete/SP. Taubaté – SP, 2005.

MANZINI, Eduardo José. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso – NEMO:** v.4, n.2, p.149-171, Maringá, 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira; MACHADO, Cláudio de Sá; GONZÁLEZ, Ana María Sosa. **Políticas Públicas do Patrimônio Cultural:** ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas, 2012. Disponível em:

<http://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6463/1/Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MILANI, CRS. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551–579, jun. 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Vozes: ed.18, Petrópolis, 2001.

MONTEIRO, Elaine; SACRAMENTO, Mônica Pereira do. **Pontão de cultura de bem registrado e salvaguarda de patrimônio imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste**. 2008.

NORAT, Roseane. **Patrimônio cultural material e imaterial**. Belém, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/PATRIMONIO%20CULTURAL%20MATERIAL%20E%20IMATERIAL.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NOGUEIRA, Claudio. **Educação Patrimonial diálogos entre escola, museu e cidade**. Casa do Patrimônio da Paraíba. Caderno temático 4: 2015.

OLIVEIRA, Luciane Monteiro; LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula. **Problemáticas da gestão do Patrimônio e Políticas Públicas: a educação na perspectiva de mudança paradigmática**. Juiz de Fora, 2008.

OLIVEIRA, Maria Amália. **Folia de Reis em São João Marcos (RJ): Aspectos de uma identidade cultural em um processo de patrimonialização**. 2014.

PASCUAL, Jordi. **Ideias-chave sobre a agenda 21 da cultura**. Cultura pela cidade. São Paulo: Iluminuras, Itáu Cultural, 2008.

PFEIFFER, Cláudia Ribeiro. **Desenvolvimento e cultura: parâmetros para a reflexão dessa complexa relação**. EDUEPB: Campina Grande, 2012.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010**. Brasília – DF: Iphan / Monumenta, p.344, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE KENNEDY. **Município de Presidente Kennedy**. s/d. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/>. Acesso em: 18 set. 2021.

PRESIDENTE KENNEDY. **Inventário da oferta turística do município de Presidente Kennedy**. 2005. Disponível em: <https://observatoriodoturismo.es.gov.br/Media/observatorio/Pesquisas/Inventarios%20Municipais/Presidente%20Kennedy.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2022.

ROCHA, Larissa. **Nobert Elias em sociologia**. s/d. Disponível em: <https://descomplica.com.br/d/vs/aula/norbert-elias/>. Acesso em: 18 set. 2021.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF**. Anpuh: Mariana – MG, 2012.

ROLLEMBERG, Marcia. **Cidadania e diversidade cultural com participação social**. V seminário internacional – Políticas culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2014.

SARAIVA, L. A. S.; GONÇALVES, N. R. Democratização do poder local e efetividade de programas sociais: análise de uma experiência municipal. **RAC-Eletrônica**, v. 2, n. 3, p. 392-409, 2008.

SEVERINO, José Roberto. SANTOS, Adalberto Silva. Patrimônio cultural e memória. **Políticas Culturais em Revista**: v.1, n.3, p.1-4, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/4758-Texto%20do%20Artigo-12247-1-10-20101206%20severino%20santos.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SILVA, Eduardo Pordeus. **Cultura e desenvolvimento humano**. O papel do estado e da sociedade civil na consolidação da cidadania cultural. Brasília: v.47, n185, 2010.

STEIN, LK. A participação social na administração pública local: a construção da democracia deliberativa no município de Porto Alegre. **Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 50, n. 1a, 2009.

SUNDSTROM, Admeire da Silva Santos. Políticas Públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário. **Revista brasileira de biblioteconomia e documentação**: v.15, n.2, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/113924>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TAVEIRA, Vitor. **Santuário enclausurado?** Século Diário, 2021. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/santuاريو-enclausurado#:~:text=Segundo%20Carlos%20Roberto%20Pires%2C%20antrop%C3%B3logo,do%20Brasil%20no%20s%C3%A9culo%20XVIII>. Acesso em: 24 jul. 2022.

TOMAZ, Paulo Cesar. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais**: v.7, n.2, 2010. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/260/245>. Acesso em: 01 ago. 2022.

VYGOTSKY, LS. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**: v.21, n.71, p.21-44, 2000.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “**PERCEPÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PRESIDENTE KENNEDY – ES: MEMÓRIAS PARA VALORIZAÇÃO**”, sob a responsabilidade de Michelle Biazate Gomes, tendo como orientadora Italla Maria Pinheiro Bezerra.

OBJETIVO DA PESQUISA: Identificar as expressões do patrimônio cultural: material e imaterial, no contexto sócio cultural, do Município de Presidente Kennedy – ES, e as suas implicações com o desenvolvimento econômico e social.

- Realizar mapeamento do patrimônio cultural material e imaterial do município de presidente Kenedy - ES.
- Identificar as narrativas e dados oficiais sobre o patrimônio cultural: material e imaterial, do município de Presidente Kennedy - ES.
- Conhecer ações governamentais e não governamentais para o apoio e a preservação da cultura local e a valorização dos patrimônios culturais.

JUSTIFICATIVA: Esta pesquisa se justifica por meio da valorização do patrimônio cultural, obras de artes, festas populares, culinária, meio de produção alimentar, povos tradicionais, paisagens e, conseqüentemente, respeito e manutenção da identidade cultural. Além disso, os munícipes de Presidente Kennedy - ES apresentam pouco conhecimento sobre o conceito de patrimônio cultural: material e imaterial e, com isso, não visualizam o potencial da produção de renda por meio da economia criativa que aliada à cultura implica em questões socioeconômicas.

PROCEDIMENTOS: serão avaliados alguns munícipes de Presidente Kennedy-ES moradores das localidades de Praia das Neves, Marobá, Cacimbinha, Boa Esperança, Aldeia, Guarus e Sede. Todos serão orientados através de uma conversa com a pesquisadora, para que se sintam interessados ou não a participarem da pesquisa. Nesse contato, serão esclarecidas todas as informações, bem como agendada a entrevista que serão realizadas e gravadas no local em que residem. Vale salientar que esse procedimento dar-se-á após assinatura do TCLE.

RISCOS E DESCONFORTOS: Para que tudo ocorra bem e que o entrevistado não se sinta em uma situação de risco por constrangimento, a pesquisadora fará a orientação sobre todo o processo a ser realizado, considerando todos critérios de ética e confiabilidade das informações que ali serão narradas. Além disso, a pesquisadora deixará bem claro para o entrevistado que a qualquer momento que ele não se sentir apto a continuar, poderá retirar-se.

BENEFÍCIOS: Conhecer as histórias vivenciadas pelos moradores dessas localidades nas quais estão inseridos é muito importante para o desenvolvimento da pesquisa, pois eles são moradores e descendentes de seres humanos que ali nasceram e se desenvolveram ao longo de muitos anos atrás. Essas informações que a mim serão relatadas servirão para o conhecimento e aperfeiçoamento de estratégias para o tema da pesquisa, que fala sobre a valorização dos patrimônios culturais: material e imaterial do município, que atualmente se encontram pouco valorizados.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Durante a elaboração da pesquisa, os pesquisadores darão total assistência e, em caso de intercorrências, essas serão sanadas, imediatamente, pela equipe de pesquisa.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO: Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: É garantido que sua identidade será resguardada durante todas as fases da pesquisa, inclusive após a publicação. Você tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua

identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável e/ou Comitê de Ética em Pesquisa da EMESCAM.

CUSTO / GARANTIA DE INDENIZAÇÃO: A pesquisa não gerará custos aos participantes nem tão pouco qualquer tipo de vantagem financeira. Fica garantido a você o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar a pesquisadora MICHELLE BIAZATE GOMES, pelo telefone (28) 99929-5970 e/ou pelo E-mail: michellebiazate@hotmail.com, no endereço: Rua Projetada, Maroba, Presidente Kennedy – ES. Você também pode solicitar o contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM (CEP/EMESCAM) através do telefone (27) 3334-3586, e-mail comite.etica@emescam.br ou correio: Av. Nossa Senhora da Penha, nº 2190, Santa Luiza, Vitória – ES, CEP: 29045-402. O CEP / EMESCAM tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a quinta-feira das 13:30h às 17h e sexta-feira, das 13:30h às 16h.

Eu, _____, portadora do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Recebi uma via deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Assim, estarei ciente que receberei uma via desse documento e a outra ficará com os pesquisadores responsáveis.

_____, _____, _____ de _____ de 2022.

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “**PERCEPÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PRESIDENTE KENNEDY – ES: MEMÓRIAS PARA VALORIZAÇÃO**”, eu MICHELLE BIAZATE GOMES, junto a orientadora Italla Maria Pinheiro Bezerra, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisador

Participante da pesquisa

APÊNDICE B – Roteiro semiestruturado para entrevista

Identificação:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Tempo de moradia no município:

Tempo de moradia na comunidade:

Data da entrevista:

1. Como você compreende o conceito sociocultural do município de Presidente Kennedy?
2. Você tem conhecimento dos patrimônios material e imaterial do município?
3. Quais manifestações culturais você tem conhecimento do município?
4. O que essa manifestação expressa para você e há quanto tempo você está envolvido(a) na cultura local?
5. Considerando sua geração, há quanto tempo você continua mantendo as tradições dos seus antepassados (tataravó (a), bisavó (a), avô (a), genitor ou genitora)?
6. Como você vê a sua atuação dentro do contexto sociocultural comunitário e municipal?
7. Quais são as expectativas em relação a atuação governamental municipal no desenvolvimento econômico e social na área da cultura?
8. Como você poderia contribuir para que o município pudesse desenvolver ações governamentais locais para apoio, preservação e valorização dos patrimônios culturais?
9. Você identifica algum tipo de exclusão diante das manifestações culturais desenvolvidas em sua comunidade?
10. Caso seja identificado algum tipo de exclusão, como você lida com essa situação?
11. Como você define seu sentimento de identidade?
12. Defina seu conceito sobre pertencimento?

ANEXO 1 – Carta de Anuência

Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy

**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisador Michelle Biazate Gomes, a desenvolver o seu projeto de pesquisa de mestrado **PATRIMÔNIO CULTURAL: MATERIAL E IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY – ES**, que está sob a orientação da Professora Dr^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva cujo objetivo é Identificar as expressões do patrimônio cultural: material e imaterial no contexto sociocultural do Município de Presidente Kennedy – ES e as suas implicações com o desenvolvimento econômico e social. Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Presidente Kennedy, em 26 de Novembro de 2021.

Filipe Martins Viana

Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer



Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisador Michelle Biazate Gomes, a desenvolver o seu projeto de pesquisa de mestrado "PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY – ES: memórias para valorização", que está sob a orientação da Professora Dr^a Angela Maria Caulyt Santos da Silva cujo objetivo é Identificar as expressões do patrimônio cultural: material e imaterial no contexto sociocultural do Município de Presidente Kennedy – ES e as suas implicações com o desenvolvimento econômico e social. Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 Conselho Nacional de Saúde (CNS) e suas complementares, comprometendo-se a mesma a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Presidente Kennedy, em 29 de Novembro de 2021.

Magno Jesus de Castro

Magno Jesus Castro

Presidente da Associação de Moradores de Boa Esperança

ANEXO 2 – Parecer Ético

ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL DE PRESIDENTE KENNEDY-ES: MEMÓRIAS PARA VALORIZAÇÃO

Pesquisador: MICHELLE BIAZATE GOMES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 53911421.3.0000.5065

Instituição Proponente: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.151.901

Apresentação do Projeto:

O projeto trata-se de uma pesquisa qualitativa para identificar as expressões e manifestações do patrimônio cultural: material e imaterial no contexto sócio cultural do Município de Presidente Kennedy – ES e as suas implicações para o desenvolvimento econômico e social. Para tal, será realizada uma entrevista com moradores e uma pesquisa documental.

Objetivo da Pesquisa:

1. Realizar mapeamento do patrimônio cultural material e imaterial do município de presidente Kenedy - ES.
2. Identificar as narrativas da população kenedense e dados oficiais sobre o patrimônio cultural: material e imaterial do município de Presidente Kennedy - ES.
3. Conhecer ações governamentais e não governamentais para o apoio e a preservação da cultura local e a valorização dos patrimônios culturais materiais e imateriais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos de quebra de sigilo, violação do anonimato, dentre outros, que serão minimizados com a adoção de todas as orientações previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012 e 510/2016. As fontes serão resguardadas e serão utilizados identificadores alfa

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa

Bairro: Bairro Santa Luíza

CEP: 29.045-402

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3334-3586

Fax: (27)3334-3586

E-mail: comite.etica@emescam.br

**ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM**



Continuação do Parecer: 5.151.901

numéricos para preservar o sigilo.

Benefícios descrito como o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural material e imaterial do município.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante, pois vai gerar produção de conhecimento sobre a cultura e o patrimônio cultural do Município.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos obrigatórios foram apresentados e estão adequados. O projeto descreve um custo de R\$1900,00 (mil e novecentos reais), mas não cita a responsabilidade desses custos, de forma a entender que será de responsabilidade do pesquisador.

Recomendações:

Não há recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existe pendência

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por decisão do CEP. Conforme a norma operacional 001/2013:

- riscos ao participante da pesquisa deverão ser comunicados ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- ao final de cada semestre e ao término do projeto deverá ser enviado relatório ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- mudanças metodológicas durante o desenvolvimento do projeto deverão ser comunicadas ao CEP por meio de emenda via Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1868031.pdf	30/11/2021 16:31:17		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	novotermoesclarecido1.pdf	30/11/2021 16:30:49	MICHELLE BIAZATE GOMES	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	30/11/2021 16:14:46	MICHELLE BIAZATE GOMES	Aceito

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa

Bairro: Bairro Santa Luiza

CEP: 29.045-402

UF: ES

Município: VITORIA

Telefone: (27)3334-3586

Fax: (27)3334-3586

E-mail: comite.etica@emescam.br

**ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM**



Continuação do Parecer: 5.151.901

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetonovo1.pdf	30/11/2021 16:08:15	MICHELLE BIAZATE GOMES	Aceito
Outros	FORMULARIOPARAPESQUISA.pdf	29/11/2021 22:11:27	MICHELLE BIAZATE GOMES	Aceito
Outros	ROTEIROESTRUTURADOENTREVISTA.pdf	29/11/2021 22:09:46	MICHELLE BIAZATE GOMES	Aceito
Outros	cartaanuencia.pdf	29/11/2021 22:03:00	MICHELLE BIAZATE GOMES	Aceito
Outros	CARTAANUENCIA1.pdf	29/11/2021 21:58:25	MICHELLE BIAZATE GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITORIA, 07 de Dezembro de 2021

**Assinado por:
rubens josé loureiro
(Coordenador(a))**

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br